

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO - DEHA

LUIZ FELIPE LEÃO MAIA BRANDÃO

**CONFLITO SOCIAL NO ESPAÇO URBANO: ESTUDO SOBRE DIFERENTES
ABORDAGENS TEÓRICAS CONFERIDAS AO FENÔMENO E SUAS RELAÇÕES
COM AS CIDADES DE HOJE**

Maceió
2011

LUIZ FELIPE LEÃO MAIA BRANDÃO

**CONFLITO SOCIAL NO ESPAÇO URBANO: ESTUDO SOBRE DIFERENTES
ABORDAGENS TEÓRICAS CONFERIDAS AO FENÔMENO E SUAS RELAÇÕES
COM AS CIDADES DE HOJE**

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção de grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. **Flávio Antonio
Miranda de Souza**

Maceió
2011

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

- B817c Brandão, Luiz Felipe Leão Maia.
Conflito social no espaço urbano : estudo sobre diferentes abordagens teóricas conferidas ao fenômeno e suas relações com as cidades de hoje / Luiz Felipe Leão Maia Brandão. – 2011.
101 f. : il. color.
- Orientador: Flávio Antonio Miranda de Souza.
Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo : Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2011.
- Bibliografia: f. 97-101.
1. Planejamento urbano. 2. Cidades. 3. Conflito social. I. Título.

CDU: 711.4:316.316.56

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO - DEHA

Luiz Felipe Leão Maia Brandão

**CONFLITO SOCIAL NO ESPAÇO URBANO: ESTUDO SOBRE DIFERENTES
ABORDAGENS TEÓRICAS CONFERIDAS AO FENÔMENO E SUAS RELAÇÕES
COM AS CIDADES DE HOJE**

Defendida em: 25/02/2011

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Flávio Antonio Miranda de Souza
Orientador

Prof. Dr. Lindemberg Medeiros de Araújo
Examinador interno – DEHA/UFAL

Prof. Dr. Walter Matias Lima
Examinador interno – DEHA/UFAL

Prof. Dr. Carlos Bernardo Vainer
Examinador externo – IPPUR/UFRJ

Dedico esta dissertação à
memória dos saudosos
George Roberto Ataíde e
Auta França.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Paulo e Elizabete, e aos meus irmãos Paula e Rodrigo. Afinal, sem eles, eu não seria quem sou. Então, a culpa é deles.

Gostaria de agradecer ao Flávio e a Ana. Este trabalho é fruto do incentivo deles para que eu não me deixasse abater pelas frustrações que encontrei no caminho, e continuasse seguindo adiante com o mestrado. Tenho que agradecer, também, ao Felipe, ao Rafael e ao João, por terem me recebido tão bem durante meus primeiros dias em Recife, e à Céu, pela acolhida gentil.

Agradeço bastante a todos os meus amigos. Infelizmente, não posso listar todos, pois, felizmente, eles são muitos e seus nomes não caberiam nesse espaço. Todavia, não poderia deixar de mencionar duas pessoas fundamentais na jornada que percorri no mestrado: Flávia Campos e Alice Jardim.

Agradeço aos meus colegas e professores do Grupo de Estudo dos Problemas Urbanos – GEPUR, principalmente ao meu camarada Gilson, pelas aflições compartilhadas.

Meus agradecimentos ao Professor Augusto Aragão, por todas as conversas, que tanto me auxiliaram na definição de um rumo para a dissertação.

Por fim – mas não menos importante – agradeço à minha noiva/esposa Luísa, por todo o amor, carinho e incentivo, sempre.

ENOBRECIMENTO



RESUMO

Partindo do entendimento de que a cidade é um espaço permeado por embates, e do antagonismo observado no fato de que filosofias de diferentes vertentes almejam a formação de consensos, o objetivo desta dissertação é investigar diferentes percepções conceituais, ideológicas e sociológicas do Conflito Social. Espera-se construir um quadro sinótico geral das teorias pesquisadas, de modo a possibilitar uma reflexão sobre como tais visões se associam às abordagens contemporâneas do fenômeno. É dada uma ênfase nos trabalhos publicados por acadêmicos da área de planejamento urbano. Para tal, realiza-se uma revisão de literatura abrangendo os seguintes campos: ciência política, sociologia, e planejamento urbano. Tem-se constatado a premência do estudo da conflitualidade para a apreensão das cidades e, conseqüentemente, para o ato de se pensar suas políticas públicas.

Palavras-chave: Conflito social. Cidades. Planejamento urbano.

ABSTRACT

Taking into consideration that the city is a space where conflicts occur, and the observation on the antagonism of different philosophical schools of thought gradually aiming at the making of consensus on this subject, the aim of this dissertation is to review the main different conceptual, ideological and sociological approaches on social conflicts in order to construct a synoptic table about the general theories on the subject, and to debate on how such theories can be linked to contemporary urban studies on the phenomenon. In order to achieve this, it was reviewed the literature on different fields, including: political science, sociology, and urban planning. It has been concluded that there is a need to better understand social conflicts, as a preliminary condition to further investigate its relationships in the field of urban studies, and consequently, in the act of thinking its relationships on public policy.

Keywords: Social conflict. Cities Urban. Planning

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro sinótico das visões sobre o conflito social dos filósofos consultados.....	39
Quadro 2 - Quadro sinótico das visões sobre o conflito social dos sociólogos consultados.....	50
Quadro 3 - Quadro comparativo das visões favoráveis e contrárias ao empreendedorismo urbano.....	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
OBJETIVO GERAL	14
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
JUSTIFICATIVA	15
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	16
1 CONFLITO SOCIAL: DEFINIÇÕES CONCEITUAIS E SUAS MANIFESTAÇÕES CARACTERÍSTICAS AO MEIO URBANO	18
1.1 Conflito, poder e desigualdade: definindo “conflito social”	18
1.2 O conflito social no espaço urbano	21
1.2.1 Cidade: sua origem histórica como arena de conflitos	22
1.2.2 As cidades e seus conflitos característicos	25
1.3 Considerações: correlacionando cidade e conflito social	28
1.4 Conclusão	29
2 O DEBATE DO CONFLITO SOCIAL AO LONGO DO TEMPO: APRESENTANDO DIFERENTES REFLEXÕES CONCEITUAIS	30
2.1 A abordagem dos conflitos sociais na filosofia: os clássicos e os renascentistas	30
2.1.1 Platão e Aristóteles: As questões levantadas	30
2.1.2 Renascimento: o Conflito Social sob a ótica “contratualista”	33
2.1.3 Sintetizando as questões filosóficas	37
2.2 A perspectiva sociológica do conflito social: posição institucionalista x posição do conflito.....	39
2.2.1 Posição institucionalista	41
2.2.2 Posição do conflito	44
2.2.3 Sintetizando as questões sociológicas	48
2.3 Conclusão	50
3 CONFLITO SOCIAL NO ESPAÇO URBANO: PONTUANDO OS EMBATES NAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS	50
3.1 A contemporaneidade: dos conflitos da década de 1960 aos dias atuais	51
3.1.1 O contexto contemporâneo	51

3.1.2	O <i>cultural turn</i> e a gentrificação urbana.....	52
3.2	Cidades globais: as cidades dos extremos	55
3.3	Espacialização das diferenças: a manifestação dos conflitos sociais nas cidades contemporâneas	58
3.3.1	As distinções institucionais e subjetivas do espaço urbano.....	58
3.4	Conclusão	59
4	O PENSAMENTO CONTEMPORÂNEO ACERCA DA DICOTOMIA CONFLITO/CONSENSO NAS CIDADES	61
4.1	O contexto do nascimento do consensualismo urbano	61
4.1.1	Havard e o planejamento estratégico das cidades	62
4.1.2	A experiência espanhola e a difusão do planejamento estratégico	65
4.2	A ótica consensual para as cidades de hoje	67
4.2.1	O local, o global, e o consenso	67
4.2.2	A defesa do consenso pelo empreendedorismo urbano.....	69
4.3	A crítica à cidade do pensamento único: a defesa do potencial criativo do conflito	71
4.3.1	A supressão do conflito no campo institucional.....	71
4.3.2	Gentrificação: o conflito espacial suprimido.....	74
4.4	Considerações: planejar a cidade e pensar seus conflitos	77
4.5	Conclusão	79
5	REFLETINDO SOBRE A COMPREENSÃO DO CONFLITO NOS PROCESSOS DE ATUAÇÃO SOBRE A CIDADE	81
5.1	Retomando os autores visitados e suas respectivas contribuições e limitações	81
5.1.1	Traçando um retrospecto	82
5.1.2	Defendendo uma ótica do Conflito para se pensar as cidades.....	84
5.2	Adotando uma ótica do conflito: respostas em pierre bourdieu	89
5.2.1.	Bourdieu e a idéia de poder simbólico	89
5.2.2	O Poder Simbólico no discurso do “Consensualismo” Urbano	91
6	CONCLUSÃO	94
	REFERÊNCIAS	97

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta e discute diferentes visões do Conflito Social, construídas em distintos instantes e condicionantes históricos. O texto aqui apresentado reflete sobre como tais compreensões deste fenômeno podem moldar as formas de se apreender e pensar a cidade. Ao final do texto, será dada ênfase na forma pela qual o chamado Planejamento Estratégico de Cidades debate o Conflito Social – foco justificado pela difusão da abordagem estratégica da questão urbana, observada na contemporaneidade.

Como nasce uma cidade? Ao pensar tal questão, Benévolo (2001, p. 23) afirma: “A cidade não é apenas uma aldeia que cresceu”. Para o autor, mais do que um coletivo de pessoas reunido em busca de segurança e otimização dos meios de sobrevivência, a urbe se caracteriza como um espaço no qual: riquezas, serviços, e *experiências* são comutadas entre indivíduos com posições sociais distintas.

Assim, na busca do “salto” a partir do qual a cidade surge, podemos afirmar que ela é, em essência, um espaço de conflitos. Afinal, fala-se, aqui, de um lugar onde pessoas com formações e ideologias diversas compartilham vivências e afrontam seus interesses. Portanto, ao tomarmos a urbe como um objeto de estudo, a conflitualidade deve ser entendida como um dado estruturante.

De acordo com Rapoport, o conflito é uma instância inerente a toda relação humana. Esperar que um conjunto de indivíduos se articule socialmente sem a ocorrência de embates seria o mesmo que imaginar que “um ovo pode se equilibrar em pé sem ter a casca quebrada”

(RAPOPPORT, 1980, p. 20). Em teoria, tal equilíbrio seria possível, mas na prática não, pois a mínima perturbação faria este se desfazer de formar gradativa e inexorável.

Tal assertiva contrasta com uma das maiores utopias humanas: o consenso. A possibilidade de que pessoas com múltiplas subjetividades consigam dirimir suas diferenças e viver em harmonia foi almejada por variadas vertentes teórico- ideológicas. Tal como afirma Vainer:

Em praticamente todos os modelos de sociedade utópica, estão presentes dois poderosos elementos: o igualitarismo e ausência de conflituosidade. Nascidas quase sempre de uma crítica às desigualdades [...] as utopias sociais são quase sempre utopias urbanas. E a cidade desenhada nessas utopias é uma cidade igualitária, em que a absoluta igualdade, poderíamos mesmo dizer, homogeneidade dos indivíduos [...] constitui prevenção plena e absoluta do conflito (VAINER, 2007, p. 3-4).

Temos, com efeito, uma dicotomia: de um lado há o entendimento de que a cidade é constituída por embates; do outro, está a procura por um modelo consensual, observada nas utopias mencionadas por Vainer. Historicamente, o binômio conflito/consenso tem sido constante nos debates das relações entre cidadãos, levando-se em conta as várias denominações sob as quais o espaço urbano foi enunciado: urbe, polis, ou mesmo cidade¹.

¹ Entendemos que, dentro de certos debates, o uso específico de cada um destes termos se faz necessário. Lefebvre (2001a), por exemplo, distingue conceitualmente “cidade” e “urbano”. O primeiro termo estaria referido a uma circunscrição tradicional do espaço. O segundo se relacionaria com um processo extensivo e fragmentário, que se redefine a cada novo fluxo, centralidade e temporalidade. Entretanto, para fins da corrente dissertação, cidade e urbano serão tratados como sinônimos. Ambos estão em interseção como “arenas” de um mesmo fenômeno: a conflitualidade urbana – tema principal deste trabalho.

Começando com os filósofos gregos da Antiguidade Clássica, passando pelos “contratualistas” do Renascimento, e chegando à sociologia surgida no século XIX, temos uma gama diversificada de abordagens teóricas dadas ao Conflito Social no espaço urbano. Cabe, então, a pergunta: como estas diversas apreensões do conflito conduzem às diferentes formas de se pensar a cidade?

Esta indagação encontra significado especial no contexto das grandes cidades da contemporaneidade. Ao debater a temática, Sánchez (2003) reflete sobre um fenômeno, por ela denominado de “reinvenção das cidades para um mercado mundial”, por meio do qual, as grandes metrópoles passam por processos de elaboração de super-signos de sua paisagem, de modo a tornar o espaço urbano um artigo de venda, destinado ao capital internacional de várias áreas, com ênfase no: turismo, terciário avançado e investimentos imobiliários.

É ressaltado por Sánchez (Ibid.) que a condição de “mercadoria”, ou “marca”, pressupõe a construção de uma imagem unificada do objeto – no caso, a cidade. Sendo assim, é válido analisar: como o Conflito Social vem sendo abordado pelo citado processo contemporâneo de construção de imagens unitárias e, por conseguinte, consensuais das urbes?

Diante das indagações acima expostas, esta dissertação se propõe a estudar diferentes visões da dicotomia conflito/consenso, expostas por teóricos de variadas épocas, formações e lugares, a fim de observar como a relação entre a inerência do conflito e o desejo do consenso foi estabelecida nestas abordagens. Espera-se encontrar/estabelecer correlações entre tradições de pensamento construídas ao longo do tempo e o panorama de debates contemporâneos das grandes metrópoles.

OBJETIVO GERAL

- Construir uma reflexão sistemática sobre diferentes abordagens teóricas do Conflito Social, identificando/estabelecendo correlações com debates contemporâneos do fenômeno no espaço urbano.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discutir o conceito de conflito social;
- Levantar questões que fundamentam as discussões sobre conflito social, refletindo sobre como tais indagações se contextualizam no espaço urbano;
- Comparar distintas abordagens ideológicas e sociológicas referentes ao conflito social;
- Apontar como as teorias estudadas podem se relacionar na compreensão contemporânea dos conflitos urbanos.
- Refletir sobre como as questões inerentes ao Conflito Social implicam na atividade dos Urbanistas, e na atividade de auxílio à elaboração de políticas públicas exercidas por estes profissionais;

JUSTIFICATIVA

Uma contribuição deste trabalho está em seu caráter sistematizador, dado que o Conflito Social é um tema abrangente, e um objeto debatido por várias escolas de pensamento, sendo analisado a partir de perspectivas diversas. Sua assimilação passa pela investigação e pela comparação de tais visões.

Ao debater e construir um quadro sinótico geral das teorias apresentadas, o trabalho espera contribuir com uma reflexão sobre como as discussões em torno do binômio conflito/consenso refletem nas formas de se pensar a cidade.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Visando a alcançar os objetivos propostos, realiza-se uma revisão da literatura, estruturada conforme o descrito a seguir.

O Capítulo 1 visa estabelecer uma definição de “Conflito Social”, dada a abrangência que este termo possui. Em seguida, o texto se propõe a buscar uma definição de “Conflito Social no Espaço Urbano”, procurando refletir sobre as condições particulares sob as quais o Conflito Social se desdobra nas cidades.

O Capítulo 2 adota como referencial a literatura “base” da área de ciência política, e da sociologia. Elaborou-se, a partir deste aporte, uma análise de distintas visões de conflito, de acordo com os papéis, a ele atribuídos, dentro das condições preliminares de investigação que cada autor destacado adotou em sua obra.

O Capítulo 3 disserta sobre as cidades na contemporaneidade e seus conflitos característicos. Apresenta-se o panorama das “cidades globais”, com seu terciário avançado e alto grau de especialização de serviços.

O Capítulo 4 apresenta uma discussão sobre o “Planejamento Estratégico de Cidades” – modalidade de planejamento amplamente difundida na contemporaneidade –, e a forma por meio da qual esta se relaciona com o Conflito Social no Espaço Urbano.

O Capítulos 5 faz um cruzamento das discussões demonstradas nos capítulos anteriores. Nele, visa-se construir uma reflexão em torno do binômio conflito/consenso, e sua respectiva relação com os processos que conduzem ao planejamento e gestão das cidades. Para fins de análise, adotou-se como referencial teórico a obra de Pierre Bourdieu, ao se

refletir sobre como o conceito de Poder Simbólico, apresentado pelo autor, pode explicar os meios adotados pelo Planejamento Estratégico para lidar com o Conflito Social.

A conclusão sintetiza as questões levantadas ao longo da dissertação, e apresenta as implicações dessas discussões para: 1) o profissional de arquitetura e urbanismo; 2) as políticas públicas; e 3) para pesquisas futuras.

1 CONFLITO SOCIAL: DEFINIÇÕES CONCEITUAIS E SUAS MANIFESTAÇÕES CARACTERÍSTICAS AO MEIO URBANO

O termo “conflito” possui grande abrangência, e sua apreensão demanda um entendimento de seus significados. A primeira seção deste capítulo se propõe a “circunscrever” um conceito de conflito social, a ser adotado nas discussões subseqüentes.

Tendo o Conflito Social no espaço urbano como escopo da dissertação, este capítulo também se incumbe de refletir sobre como a conflitualidade se desdobra nas cidades. Disserta-se a respeito do que vem a ser, especificamente, o conflito social no espaço urbano, discorrendo sobre: 1) as tensões que lhe dão origem; 2) seus contornos característicos; 3) os atores que dele fazem parte.

1.1 Conflito, poder e desigualdade: definindo “conflito social”

A palavra conflito, originada do latim *conflictu*, em seu sentido etimológico significa “embate”. Como substantivo, sua conotação varia de acordo com o evento ao qual o associamos: ao usá-lo na descrição de uma guerra, evoca-se a idéia de conflito armado; já ao empregá-lo num relato familiar, sugere-se um conflito de gerações, ou de gênero. Desse modo, ainda que ele não chegue a ser um termo polissêmico, pode-se dizer que sua utilização se dá em contextos diversos.

A dimensão do termo “conflito” acaba ficando sujeita à forma como ele é destacado em cada situação. Assim, sua abordagem pode estar ligada tanto à formação teórica/profissional dos autores que versam a seu respeito, quanto aos interesses que os sujeitos nele envolvidos podem ter na atribuição de um determinado sentido ao embate (característica que debateremos em um momento posterior).

Em um esforço para encontrar uma definição ampla o suficiente para abarcar diferentes perspectivas sobre o conflito social, Bartos & Wehr (2002, p. 13) o designam como situação na qual: “atores usam comportamento conflitante uns contra os outros para atingir metas incompatíveis e/ou para expressar sua hostilidade”. Ainda segundo estes, os conflitos ocorrem, essencialmente, por três razões: 1) o desejo de redistribuir recursos raros, 2) promulgar papéis incompatíveis, ou 3) fazer prevalecer valores dissonantes. Em suma, o conflito social expressa a luta por alguma forma de poder.

Poder é a oportunidade de se obter obediência e se impor, sendo os seus propósitos múltiplos, e as suas modalidades variáveis, em escalas sobrepostas (WEBER, 2004). Ocorre que o poder – tal como afirma Weber (Ibid.) –, é uma manifestação sociologicamente amorfa: não toma forma determinada e calculável com precisão, se impondo em várias esferas sociais – com as manifestações do conflito variando na mesma medida.

Conflito e poder são fenômenos ligados de forma intrínseca, e se manifestam porque a vida social se desdobra entre sujeitos diferentes – com posições, formações e aspirações diversificadas. São, assim, inerentes à sociedade, tal como afirma Demo (1985):

[...] toda formação social, ou seja, qualquer realidade social concreta, sobretudo as maiores, já foi produto de conflitos anteriores e que ela mesma elabora conflitos próprios, capazes de levá-la à transição histórica. O conflito social não é, assim, mazela histórica, defeito, sina, mas simplesmente característica da realidade (DEMO, 1985, p. 15).

O conflito social não é apenas uma manifestação, um ato, de um grupo contra outro, mas, também, as possíveis contradições existentes entre estes conjuntos de indivíduos, que podem, ou não, eclodir na forma de um embate direto, envolvendo, ou não, violência.

Se os diferentes atores da sociedade buscam o domínio de uma determinada forma de poder, é natural que um conflito se manifeste até o ponto em que um grupo, ou coalizão de

grupos, alcance força suficiente para exercer controle sobre os demais e ponha fim aos embates manifestos. Todavia, em casos como este, o encerramento das hostilidades não representa o fim do conflito, pois as contradições que o geraram não foram dirimidas, apenas suplantadas pela força do poder.

Gurr (1985) denomina estas contradições de “conflitos potenciais”. Estes conflitos representam a tensão permanente entre as facções, que podem se tornar “conflitos manifestos”, no momento em que aqueles subordinados ao poder dos dominadores sentirem que podem tomá-lo parcialmente, ou por inteiro, tal como afirma o citado autor:

[...] o conflito surge da “escassez de posições” e da “escassez de recursos”. Existe um número limitado de posições de poder efetivo em qualquer hierarquia social e apenas uma pessoa pode ocupar cada uma delas [...] O processo das distribuições, dentro de uma hierarquia social está intimamente ligado ao conflito potencial, na medida em que os subordinados tentam melhorar suas posições (GURR, 1985, pp. 478-479).

Na base dos conflitos está outro componente fundamental da sociedade: a desigualdade. Como dito, as sociedades se caracterizam pela existência de poderes e – se estes não podem ser ocupados por todos –, a desigualdade, tal como o poder, se torna uma instância premente.

A desigualdade atua como um “combustível” para as dinâmicas de luta pelo poder. É ela que abastece a sociedade em seus conflitos potenciais e, por conseguinte, faz nascerem seus conflitos manifestos. Assim:

A desigualdade social, embora entendida como componente estrutural, é vista como um dos motores da história, aquilo que a conserva inacabada e inacabável [...] (DEMO, op. cit., p. 26).

Com base nas considerações acima, podemos sintetizar: poder, desigualdade e conflito são elementos que regem a vida social. Devem ser apreendidos não como anomalias, mas como dados que podem auxiliar na leitura das dinâmicas sociais. Estando associados, estes três elementos variam de acordo com os objetos em torno dos quais se articulam.

Como será discorrido, com maiores detalhes, nos capítulos a seguir, ainda que o Conflito Social tenha esse papel de protagonismo na vida social, temos em contrapartida, que vem decorrente de correntes de pensamento diversificadas, as permanências, instituições e consensos como objetivos principais da vida em sociedade. Tal destaque, dado a esses elementos de estabilidade, acaba influenciando as formas de se abordar a conflitualidade, e, doravante, definir um papel para a mesma na construção, tanto da sociedade em si, quanto das formas de representação dessa mesma sociedade.

Tendo este estudo como foco o Conflito Social no espaço urbano, a próxima seção se dedica a dissertação sobre os embates que possuem a cidade como objeto de disputa.

1.2 O conflito social no espaço urbano

Ao se pensar a manifestação do conflito social de caráter urbano, faz-se necessário refletir: quais tensões (conflitos potenciais) advêm da cidade? Esta pergunta não se responde sem uma digressão pelas origens do espaço urbano, em que se destaquem as raízes de suas contradições.

Tendo isto em vista, o nascimento das cidades e seus conflitos fundadores são temas da subseção a seguir. Já na subseção 1.2.2 serão destacadas as características específicas do Conflito Social no espaço urbano.

1.2.1 Cidade: sua origem histórica como arena de conflitos

O termo “cidade” extrapola a dimensão espacial nele implicada. Mais que edificações, praças, ruas e avenidas, os espaços urbanos são “palcos” de manifestações sociais que lhes conferem características próprias. Conforme Souza:

[...] uma cidade não é apenas um local em que se produzem bens e onde esses bens são comercializados e consumidos, e onde pessoas trabalham; uma cidade é um local onde pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores os mais diversos, formando grupos de afinidade, menos ou mais bem definidos territorialmente com base na identificação entre certos recursos cobiçados e o espaço, ou na base de identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e presentear (SOUZA, 2005, p. 28).

A cidade, além de ser apreendida como espaço físico, deve ser elucidada em um sentido mais amplo, como um lugar: pressupondo o estudo das pessoas e das relações que estas têm entre si. Desse modo, é necessário compreender quais tipos de interações tornam uma dada localidade urbana.

A cidade não pode, pois, ser concebida como uma forma que se produz simplesmente pela contigüidade das moradias ou pelo simples adensamento da população; ela é, antes de qualquer coisa, um tipo de associação entre as pessoas, associação essa que é forma física e conteúdo (GOMES, 2006, p. 19).

Como atesta Benévolo (2001, p. 23): “a cidade [...] não é apenas uma aldeia que cresceu.”. Tal diferenciação se dá porque na aldeia há a coletividade dos meios de produção, implicando em certo nível homogeneidade de tipos humanos. Já a cidade se caracteriza pela pluralidade, pois:

Ela se forma quando as indústrias e os serviços já não são executados pelas pessoas que cultivam a terra, mas por outras que não têm esta obrigação, e que são mantidas pelas primeiras com o excedente do produto total (BENÉVOLO, loc. cit.).

Ao se desenvolver em seus primórdios, a sociedade urbana tornou mais amplo o leque de atividades de produção por ela realizadas e de tipos humanos que dela faziam parte. Nesse processo de mudanças, houve uma diversificação, tanto das formas de conflitualidade, advinda da interação entre os grupos e seus interesses distintos, quanto das demandas por recursos escassos, proveniente da necessidade de manutenção dos padrões de produção e consumo insurgentes.

Tais transformações colocaram o meio urbano diante de crises que exigiram ação imediata. Como relata Mumford, nesta situação mutante, a sabedoria popular da experiência coletiva passada era impotente, sendo deixada de lado dando lugar ao monopólio do conhecimento por parte de alguns. Por essa razão, no começo da História, diversas comunidades

[...] atordoadas e transtornadas pela inundação dos campos ou pela ruína das colheitas, devem ter-se afastado de seus Conselhos de Anciãos, cujos movimentos eram lentos e ultracaltelosos, voltando-se para uma figura única, que falava com autoridade e prontamente dava ordens, como se esperasse ser instantaneamente obedecida (MUMFORD, 2001, p. 40).

Foi necessária, então, a produção de um excedente voltado à subsistência e manutenção da autoridade formada, que não podia se ocupar das atividades no campo. A partir daí, o trabalho começa a ser uma atividade operada numa relação entre comandantes e comandados. A cidade apareceu como uma espacialização do relacionamento entre estes grupos.

Com as diferentes formas de trabalho, apareceram diferentes maneiras de poder, deixando a sociedade urbana cada vez mais desigual. O poder político e o poder econômico, na medida em que passaram a caminhar juntos, configuraram diferentes formas de espacialização. Os espaços, outrora comunitários nas aldeias, passaram a ser repartidos de

acordo com o poder que os grupos dominantes tinham para delimitar para si as melhores habitações e localidades. Rolnik descreve a espacialização da conflitualidade nas primeiras urbes da seguinte forma:

A suntuosidade do palácio ou do templo, ao mesmo tempo que é signo dessa hierarquia [de classes], é também sua razão de ser. Sua construção e manutenção implicam o reforço de uma organização baseada na exploração e privilégio, que permite a classe dominante maximizar a transformação do excedente alimentar em poder militar e este em dominação política. A origem da cidade se confunde, portanto, com a origem do binômio: diferenciação social/centralização do poder (ROLNIK, 1998, p. 21).

Os cidadãos, vivendo próximos espacialmente e distantes socialmente, viram-se em embates diversos: pela imposição de seus modos de vida, pela procura das melhores localidades dentro da pólis, pela posição social que os possibilitassem controlar as riquezas produzidas no solo urbano, etc.

Em seu nascimento, a cidade trouxe consigo um ciclo: ao ser moldada espacialmente pelas diferenças entre os indivíduos, ela retribui esta influência, condicionando as dinâmicas sociais por meio de sua espacialidade. Tornando-se um local de ocupação adensada e heterogenia, a cidade passou a ser um palco fértil em conflitos. Tomando tal idéia como base, Lefebvre assume que:

A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na Cidade (LEFEBVRE, 2001b, p. 22).

A cidade é, então, o lugar onde a distinção da subjetividade de seus integrantes aflora. Abre-se nela um horizonte marcado não apenas pelas contradições entre o capital e o trabalho, mas pela necessidade de reconhecimento do outro, em sua diferença.

Desde a constituição das primeiras aglomerações com templos e palácios – conforme a descrita pela autora – até o advento das metrópoles contemporâneas, com seus viadutos e arranha-céus, muitos foram os espaços que atenderam pelo nome de cidade. Quando imputamos este mesmo conceito a espaços distintos, como os primeiros agrupamentos mesopotâmicos, as aglomerações entre-muros medievais, ou aos centros informacionais do século XXI, centramo-nos num aspecto que extrapola o caráter espacial. Os liames de semelhança de tais espacialidades – diversas em termos de formas de organização, temporalidades e vivências – são constituídos pelas contradições entre trabalho, modos de vida, e riqueza, comuns a todas elas.

1.2.2 As cidades e seus conflitos característicos

O Conflito Social é passível de ocorrer tanto no campo quanto na cidade. Há modalidades desse fenômeno que são comuns tanto a um lugar quanto ao outro. Todavia, no espaço urbano, o Conflito Social toma contornos característicos, tanto pela forma de manifestação, quanto pelos objetos de disputa.

Desacordos religiosos, entre gerações, ou mesmo os de classe, embora encontrem nos espaços da cidade um terreno fértil para sua eclosão, também podem ter raízes rurais. A segregação residencial, por seu turno, é, essencialmente, um produto das cidades (SOUZA, 2005). As populações do campo não têm complexidade suficiente para dar origem a bairros e grandes favelas, já que na área rural a ocupação é, relativamente, homogênea (Ibid.).

Então, *a priori*, as tensões advindas da segregação residencial podem ser tidas como aquelas que geram as dissidências sociais de caráter urbano. Com base neste aspecto, pesquisas recentes de registro sistemático de conflitos urbanos têm os definido como:

[...] todo e qualquer confronto ou litígio relativo à infraestrutura, serviços ou condições de vida urbanas, que envolva pelo menos dois atores coletivos e/ou institucionais (inclusive o Estado) e se manifeste no espaço público (vias públicas, meios de comunicação de massa, justiça, representações frente a órgãos públicos, etc). Manifestação coletiva que tenha a cidade como espaço e objeto de suas reivindicações (OBSERVATÓRIO, 2009).

Adota-se, aqui, a acepção acima, e se define como conflito urbano, *stricto sensu*, os embates *na* cidade e *pela* cidade. A cidade é marcada por grupos diversos, com interesses e localizações distintas, em relação às riquezas que ela possui. Este é um traço específico da dinâmica conflitual urbana.

Isso ocorre porque a cidade atua como um pólo, que exerce atração sobre aqueles que a procuram na busca por seus bens e serviços (SOUZA, op. cit.). Como vivemos em uma sociedade desigual, a localização espacial de seus integrantes acaba variando de acordo com as posições por estes ocupadas nas diferentes camadas sociais.

O acesso às riquezas se dá de forma heterogênea, e a facilidade de se ter os benefícios da urbe ao alcance varia, em grande medida, de acordo com a possibilidade de se adquirir um “pedaço” bem localizado do solo urbano e nele habitar². Este fator confere características valorativas próprias ao solo urbano, já que este é um recurso limitado e que tem o aumento de sua oferta como praticamente impossível:

O solo é um recurso originalmente natural, isto é, disponível antes da intervenção do homem, e é ainda único nas suas qualidades como fator de produção: é fixo quanto à sua localização, imóvel, e não é praticamente possível aumentar o volume de sua oferta potencial (excetuando a renovação e reconversão do uso) (CORREIA, 1993, p. 24).

² A mobilidade também é um fator preponderante, todavia o acesso aos meios de locomoção não deixa de estar atrelado à localização do indivíduo, tanto social, quanto espacial.

O acesso ao solo, e aos benefícios de sua localização, é uma raiz dos conflitos urbanos, pois é sobre eles que os bens e serviços da cidade se constroem. Há, a partir deste fator, a derivação dos demais embates, em torno de infra-estrutura, segurança, moradia, etc.

Diante desta lógica ocupacional, muitos são os que defendem o privilégio de alguns ao acesso exclusivo aos bens da cidade, com base no direito à propriedade individual. Ocorre que a terra não é uma dádiva da natureza: ela é produto das relações capital/trabalho e está sujeita às contradições inerentes a este binômio (DEÁK, 1989).

Nas complexas relações sociedade-território geram-se inúmeras situações de conflito, já que é difícil permitir a apropriação absoluta de uma parcela do terreno por um indivíduo sem ir contra os interesses da sociedade e seus subconjuntos (CORREIA, 1993, p. 24).

Há entre cidadãos, não apenas o conflito advindo das respectivas posições por eles ocupadas na divisão do trabalho, mas uma distinção de suas subjetividades, que também interfere em seus posicionamentos, na qualidade de atores políticos. Esta diferenciação subjetiva também toma caráter objetivo, ao se materializar como espaço urbano. Hissa reflete sobre esta relação da seguinte maneira:

A cidade é o lugar da praça e do encontro. É o espaço inventado pelo homem, para a conversa, pra o diálogo [...] é o interior dos homens, o estrangeiro, aquele que é deslocado para a condição do outro: como se fosse o oponente que se deseja superar, o outro é a cidade não reconhecida. Mas é nele que reside a possibilidade de diálogo e de conciliação: é o que permite a existência comum (do eu e do outro) e o que concede a vida (HISSA, 2006, pp. 89-90).

Ou seja: ao passo que a cidade é o lócus da heterogeneidade e um lugar onde os conflitos materiais são fomentados em função das diferenças socioeconômicas, ela é também o espaço onde estas mesmas diferenças podem ser mediadas a partir do reconhecimento do

outro, como co-cidadino. Tal condição é oferecida diante do entendimento da cidade como ambiente político marcado pela nascimento do conflito, mas também de sua possibilidade de mediação.

1.3 Considerações: correlacionando cidade e conflito social

As reflexões realizadas neste capítulo buscaram definir o conceito de Conflito Social e as maneiras pelas quais o conflito social se manifesta, especificamente, no espaço urbano.

Na conceituação de “conflito social”, realizada no início do capítulo, buscou-se adotar uma definição capaz de abranger a multiplicidade de situações que o conceito abarca e, ao mesmo tempo, circunscrever um conjunto de situações passível de análise. Desse modo, estabeleceu-se a correlação entre o fenômeno estudado e os embates por formas de poder. Considerou-se, como conflito social, não apenas as lutas manifestas entre os agrupamentos societários, mas, também, o estado de tensão advindo das contradições entre estes.

Refletir sobre a ontogênese da cidade possibilitou a identificação do elemento fundador das tensões na urbe: a divisão social do trabalho e do poder. Apesar de ser este o fator que impulsiona a heterogeneidade humana na cidade, deve-se reconhecer que as esferas de subjetividade que definem os cidadãos são várias – e estão além dos papéis econômicos por eles desempenhados.

Como “conflito urbano” foi definido o embate *na e pela* cidade. A urbe é palco de muitos conflitos, mas, aqui, considerou-se como conflito estritamente urbano aquele que se dá pelas riquezas e serviços da cidade. Estes se distribuem por uma instância: a localização do solo – raiz das dissidências.

1.4 Conclusão

Diante das considerações anteriormente expostas, o conceito de conflito social adotado para a presente dissertação será o de embate e/ou tensão entre grupos, advindos de contradições geradas pelas diversas formas de poder.

Ao destacar a pergunta: quais conflitos manifestos são próprios das urbes? Conclui-se, pois, que o uso e a posse da terra urbana, que determina a possibilidade de acesso aos bens e serviços, são os dados estruturais dos conflitos urbanos.

2 O DEBATE DO CONFLITO SOCIAL AO LONGO DO TEMPO: APRESENTANDO DIFERENTES REFLEXÕES CONCEITUAIS

Tal como dissertado anteriormente, o Conflito Social é um tema analisado por meio de múltiplas abordagens. Tendo este fator em vista, o presente capítulo se propõe a apresentar diferentes visões ideológicas e sociológicas do fenômeno em estudo. No primeiro momento, são relatados trabalhos que, historicamente, foram pioneiros no debate, partindo da Antiguidade Clássica (Platão e Aristóteles), passando pelo Renascimento (dos chamados autores “contratualistas”). Em seguida, a ênfase é dada ao debate sociológico *stricto sensu* do Conflito Social (pós século XIX), frisando a polarização entre uma “ótica do conflito” e a “ótica do consenso”. Ao final, apresentam-se quadros-resumo das teorias explanadas, para fins analíticos e comparativos. Almeja-se, adiante, ponderar sobre como as teorias em questão podem se articular em torno da já relatada dicotomia entre a inerência do conflito e o desejo utópico do consenso, contribuindo no entendimento dos Conflitos Urbanos atuais.

2.1 A abordagem dos conflitos sociais na filosofia: os clássicos e os renascentistas

2.1.1...Platão e Aristóteles: As questões levantadas

Os gregos da Antiguidade foram os primeiros povos capazes de apreender a sociedade como uma arena de conflitos, enxergando as antíteses entre o conjunto de indivíduos e sua representação na forma do Estado (BARKER, 1978). Por esse motivo, é com os pensadores desse período que se iniciam os debates sobre o Conflito Social, e a gravitação do tema em torno dos pólos conflito/consenso.

Em “A República”, obra que inaugura a área do conhecimento hoje denominada Ciência Política, Platão chegou à questão do conflito social partindo do debate sobre as

diferentes definições de justiça. Embora fosse um filósofo aberto ao conflito de idéias (a própria construção de seus textos se dava assim), para Platão, uma sociedade seria tão justa quanto menor fosse o número de embates nela existente. Na metafísica platônica, havia uma Verdade, e a existência de muitas visões dissonantes denunciaria a incapacidade da sociedade de encontrar o consenso e, por conseguinte, o Bem.

Por esse motivo, o filósofo era avesso à democracia, pois esta promovia o dissenso e a multiplicidade na Polis, que, em sua opinião, deveria ser tão coesa quanto possível³:

Acaso teremos algum mal maior para a cidade do que aquele que a dilacera e a torna múltipla, em vez de uma? Ou maior bem do que a que a aproximar e tornar unitária? (PLATÃO, 2009, p.157).

Da premissa acima, Platão idealizou Kallipolis, uma cidade hipotética regida por reis filósofos, onde a convergência entre o Bem e a Sabedoria haveria dirimido as injustiças. Em Kallipolis, os governantes compreenderiam a importância de reger em benefício dos governados. Ainda na primeira parte de A República, Platão cria uma metáfora que justificaria Kallipolis:

[...] em qualquer cidade em que a maior parte dos habitantes estiverem de acordo em aplicar estas expressões “meu” e “não meu” à mesma coisa será essa a mais bem organizada [...] Portanto também se comporta de modo muito aproximado ao de um só homem [...] Por exemplo, quando ferimos um dedo, toda a comunidade, do corpo à alma, disposta numa só organização (a do poder que governa), sente o fato, e toda ao mesmo tempo sofre em conjunto com uma das suas partes [...] Penso, pois, que, se a um dos cidadãos acontecer seja o que for, de bom ou

³ A obra foi escrita sob a forma de diálogos entre Sócrates, seus discípulos, e alguns cidadãos proeminentes em Atenas, na época. Colocando seus pontos de vista por meio das palavras de Sócrates (seu mentor), Platão procurou a origem dos conflitos entre os homens, a partir do debate sobre a natureza do indivíduo justo.

mau, uma cidade assim proclamará sua essa sensação e toda ela se regozijará ou se afligirá juntamente com ele (Ibid., p. 158).

O trecho acima expressa a ambição platônica de Kallipolis: o fim do antagonismo entre indivíduo e Estado. Nesse contexto, os Conflitos Sociais aparecem como desvios, que interrompem o fluxo de construção de uma Cidade consensual, na qual todos compartilhariam a mesma idéia de Bem, tal como todo o corpo humano compartilharia o sentimento de dor.

Aristóteles, por seu turno, divergiu de Platão quanto à relevância do caráter unitário da cidade, na medida em que o primeiro a enxergava como um espaço conflituoso e de diversidade. Numa crítica direta ao texto de “A República”, o segundo livro de “Política” profere:

[...] é visível que a cidade, à medida que se forme e se torne mais uma, deixará de ser cidade, porque naturalmente a cidade é multidão. [...] Deve-se, pois, evitar a unidade absoluta, já que ela viria a anular a cidade. Além disso, a cidade não se compõe apenas de indivíduos reunidos em maior ou menor número; ela se forma de homens especialmente diferentes; os elementos que a constituem não são absolutamente semelhantes (ARISTÓTELES, 2009, p. 79).

Sendo assim, a cidade como espaço de diversidade seria um dado, e a impossibilidade de consenso uma consequência. Adiante em seu texto, o filósofo conclui:

Pelo que se vê claramente que uma Cidade não é uma por natureza naquele sentido que alguns afirmaram [Refere-se à Platão]; e aquilo que disseram ser o sumo bem da Cidade é, na verdade, a sua destruição; contudo o bem de uma coisa deve ser aquilo que preserva a sua existência. [...] Seria uma bela coisa isso de todos dizerem o mesmo quando falam a mesma palavra; isso, porém é impossível; e se as palavras são ditas em outro sentido, não pode existir a unanimidade (ARISTÓTELES, op. cit., pp. 80-81).

Na qualidade de “animal político”, o homem teria uma tendência natural para viver em sociedade (denominada *telos*). Fazendo uso do poder do discurso (*logos*), os integrantes de

uma mesma *polis* estariam capazes de assimilar suas diferentes subjetividades. Seríamos, assim, seres imersos em um ambiente naturalmente conflituoso (dada a pluralidade de tipos humanos), mas capazes de mediar nossas diferenças por meio da ação política.

Além do *telos* e do *logos*, outra propriedade constitutiva do homem seria a amizade política, ou *philia*: a capacidade de amar. Este sentimento seria de um tipo distinto do sentido por nós em relação aos nossos amantes e amigos. Em certos aspectos, ele se assemelharia com o existente entre irmãos, pois possui em comum um ingrediente característico dessa relação: a rivalidade. Ainda que irmãos possam ser os amigos mais próximos, haverá entre eles a “competição” pelo afeto, estima e reconhecimento dos pais. Parece não ser por acaso que era corrente entre os gregos a expressão: “A casa é uma cidade pequena; a cidade é uma casa grande”.⁴

Na oposição das teorias de Platão e Aristóteles, forma-se o embrião da dicotomia que se apresenta como base em torno das discussões sobre o Conflito Social: há, de um lado, o desejo de se viver em uma sociedade estável e segura (destacada por Platão); e, do outro lado, está a presença da multiplicidade e do conflito como características inerentes à própria existência social (observada por Aristóteles).

2.1.2...Renascimento: o Conflito Social sob a ótica “contratualista”

Durante a Idade Média, após o declínio do Império Romano e o fim da Antiguidade Clássica, a filosofia ocidental sobreviveu, principalmente, a partir das releituras das obras de Platão e Aristóteles, realizadas por religiosos como Santo Agostinho e São Tomaz de Aquino, respectivamente. No bojo de um caráter canônico desses estudos, estavam questões mais centradas na metafísica, deixando a ciência política à margem.

⁴ apud Moreno (2002).

O Conflito Social volta a ser debatido no fim da Idade Média, durante o Renascimento. Em seus pensadores mais proeminentes, o período apresenta uma predominância do entendimento do Conflito Social como um fenômeno a ser anulado, em prol da construção de uma sociedade coesa e de instituições estáveis. O livro “O Príncipe”, de Nicolau Maquiavel, publicado originalmente em 1532, aponta para esta tendência. Sobre os conflitos internos à urbe, a obra discorre:

Quem se torna senhor de uma cidade livre, e não a aniquila, pode esperar ser destruído por ela, pois sempre haverá motivo para rebelião em nome da liberdade perdida e das eventuais tradições, que nem o curso do tempo nem os benefícios recebidos conseguem apagar (MAQUIAVEL, 2003, p. 48).

Maquiavel faz uma constatação sobre o Conflito Social que serviu de diretriz para muitos dos pensadores que o sucederam: o consenso político é algo que só pode ser alcançado em sua plenitude à custa da liberdade de alguns. Assim, eliminar os conflitos significa restringir liberdades.

Tal pressuposto foi levado em conta pelos pensadores que o procederam ao longo do Renascimento (e é pertinente ainda às discussões contemporâneas). Dentro do recorte renascentista, destacamos, ainda, nesta subseção, as contribuições de: Hobbes, Locke e Rousseau, para os estudos sobre o Conflito Social.

Procurando a gênese da conflitualidade humana, Hobbes, em “Leviatã” (publicado em: 1651), criou a metáfora da “Condição Natural” do ser humano. O conceito de “Condição Natural” foi construído a partir de uma abstração do filósofo, na qual ele tentou imaginar como o ser humano se comportaria, caso ficasse livre de todas as suas amarras sociais, costumes e tradições. Desta análise, Hobbes concluiu: na qualidade de seres cujas

características fundamentais seriam Desejo e Arbítrio, nossa vida seria um constante devir desses dois sentimentos.

Isso não quer dizer que a “Condição Natural” seria um estado de aflição permanente, mas sim de cautela, tal como é destacado na passagem à seguir:

Então cabe a ele [o homem] cuidar de si mesmo, armando-se e procurando ir acompanhado quando empreende uma viagem; fechando bem as portas da casa ao recolher-se e, mesmo estando dentro dela, fecha arcas e armários; isso tudo mesmo diante do conhecimento de que existem Leis e Funcionários Públicos armados para defendê-lo e revidar a qualquer injúria que lhe venha a ser feita. O que pensa ele de seus Concidadãos quando se arma para viajar, quando tranca as portas de seu quarto, as portas de seus filhos e empregados? (HOBBS, 2000, p. 96).

Hobbes foi levado a crer que, ao contrário do posto por Aristóteles, o homem viveria em comunidade não por vocação natural para o bem, mas por um instinto de sobrevivência que o fazia temer o mal, pois: “Sem a espada, os Pactos não passam de palavras sem força que não dão a mínima segurança a ninguém.” (Ibid., p. 123). Esse medo daria legitimidade a um estado forte, impessoal e onipotente, capaz de controlar a sociedade por meio da força: o Leviatã. O pensamento de Hobbes verteu para a utopia de uma sociedade sem conflito, governada sempre tendo como base o seu “interesse comum”.

John Locke, por sua vez, foi um dos responsáveis pela busca da conciliação entre as idéias de “Condição Natural” do homem (e a necessidade de um contrato social rígido), e o exercício da individualidade de cada cidadão dentro da esfera pública.

Tendo em vista o pressuposto de que todos são iguais, a autoridade se legitimaria com base em uma Doutrina do Consenso. As decisões por base consensual seriam o caminho para encontrar o meio termo entre a condição de total anarquia, temida por Hobbes, e o estabelecimento de um regime tirânico, como discorre o trecho a seguir:

A maneira única em virtude da qual uma pessoa renuncia a liberdade natural e se reveste dos laços da sociedade civil consiste em concordar com outras pessoas e juntar-se e unir-se em comunidade para viverem em segurança [...] Quando qualquer número de homens, pelo consentimento de cada indivíduo, constituiu uma comunidade, tornou, por isso mesmo, essa comunidade um corpo, com o poder de agir como um corpo (LOCKE, 1963, p. 60).

Ocorre que consenso implicaria, em princípio, na formação de uma voz ativa dos indivíduos que o constroem. No entanto, dada a dificuldade material de promover este juramento para todos os indivíduos, Locke ofereceu como uma alternativa aquilo que por ele foi denominado de “consenso tácito”, ao propor que: “[...] todo homem que tem posses ou goza de qualquer parte do domínio de um governo, dá, por esse meio, consentimento tácito” (Ibid., p. 75). Atrelando a cidadania à propriedade, Locke estabeleceu um elo entre o direito de possuir e o direito de agir politicamente⁵.

Tal como Hobbes e Locke, Rousseau buscou as origens dos conflitos na sociedade por meio da abstração de como se comportaria o homem em sua Condição Natural. Em “Discurso Sobre a Origem da Desigualdade entre os Homens” (publicado primeiramente em: 1755) Rousseau discordava de Hobbes quando este afirmava que o Estado de Guerra seria a condição natural da humanidade. Isso porque as paixões poderiam apenas existir uma vez que estamos em sociedade. O conflito não constituiria a natureza do homem, pois em seu estado primário este não possuiria relações sociais.

Em sua “jornada” rumo à condição natural, Rousseau definiu em uma palavra o elemento fundador dos conflitos sociais: Propriedade.

⁵ Todavia, Locke não deixou de ponderar condições sob as quais a insurgência de conflitos seria legítima (vide o Capítulo XIX de “Segundo Tratado”).

O primeiro que tendo cercado um terreno, arriscou-se a dizer: “isso é meu”, e encontrou pessoas bastante simples para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil [...] Quantos crimes, guerras, mortes, misérias e horrores não teria poupado o gênero humano aquele que, arrancando estacas ou tapando os buracos, tivesse gritado a seus semelhantes: Fugi às palavras desse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos pertencem a todos, e que a terra não é de ninguém (ROUSSEAU, 2001, p. 84).

Mesmo tendo apontado a propriedade como “epicentro” dos conflitos humanos, Rousseau não foi um comunista, como viria a ser Karl Marx. Da mesma maneira, ele não sentia ser possível, ou desejável, a adesão a um regime de coletivização da riqueza, como houvera também sido proposto na Kallipolis platônica. Isso não o impediu de se opor à idéia de que o Estado deveria ser um protetor das livres condições de acumulação.

Sobre os pensadores do Renascimento consultados, observa-se em Maquiavel, Hobbes, Locke e Rousseau, a busca por respostas a respeito da legitimação de um Estado, capaz de dirimir os conflitos trazidos pela heterogeneidade social. Os meios para tal, evidentemente, variam de acordo com os posicionamentos adotados por cada autor.

2.1.3 Sintetizando as questões filosóficas

Nesta seção, buscou-se dissertar sobre os diferentes entendimentos das origens da conflitualidade, sob uma perspectiva filosófica: dando ênfase às questões de caráter geral, delineadas por cada autor. Para fins de fechamento deste tópico, trar-se-á à baía, sob a forma de um quadro sinótico, as posições de cada pensador consultado (Quadro 1).

Quadro 2 - Quadro sinótico das visões sobre o conflito social dos filósofos consultados

Autor estudado	Para o autor, qual a raiz da conflitualidade?	Como o autor se posiciona ideologicamente?	O que o autor propõe?
Platão	A carência de conhecimento.	Contra a diversidade e a democracia e a favor do consenso e da unidade.	Um governo totalitário, regido por reis filósofos, que defendam e propaguem a Verdade.
Aristóteles	O conflito é natural da condição política do ser humano, assim como sua capacidade para dirimi-lo.	Reconhece que sem diversidade não há cidade, mas não se posiciona de forma precisa sobre o melhor regime político.	A ação política como forma de solução dos conflitos.
Maquiavel	A ausência de uma força política que reprima o conflito entre diferentes interesses, fazendo prevalecer o Estado.	A condição de exceção (guerra) deve ser tomada como regra. Todo conflito deve ser suprimido com uso da força.	A existência de um governante com poderes totais, para além da moral.
Hobbes	O conflito faz parte da natureza humana.	Contra qualquer abertura para a conflitualidade, tomando-a como ameaça à ordem.	Instauração de um governo totalitário e impessoal: o Leviatã.
Locke	Não foi identificado um posicionamento claro.	A favor da propriedade e contra o Estado autoritário. Abrindo precedentes para o conflito.	O uso da “doutrina do consenso” e a divisão tripartite do poder estatal.
Rousseau	O conflito surge dos interesses dos indivíduos em torno da propriedade privada.	Critica a ação do estado como protetor da propriedade e do burguês como protagonista da sociedade moderna.	A adoção de um modelo democrático tão participativo quanto possível.

Na análise da 1^o coluna de respostas do quadro, observa-se que, nos autores da Antiguidade Clássica, as teorias em torno da origem do Conflito Social se focam em uma observação sobre a ação do coletivo: Platão entende que o consenso deve ser alcançado pela compreensão de uma Verdade universal, e Aristóteles pondera que a natureza da coletividade é a diversidade, e, por conseguinte, o conflito. Já os autores “contratualistas”, do Renascimento, investigam o Conflito Social com ênfase na individualidade, por meio do

estudo de uma “Condição Natural”, abstraindo o indivíduo livre de todas as suas amarras sociais.

Observando a 2º coluna de respostas, identifica-se uma predominância da apreensão do Conflito Social como uma anomalia a ser eliminada, em prol de uma sociedade mais estável e, supostamente, mais próspera. Fogem à regra Aristóteles e Locke: enquanto o primeiro entende o conflito como um dado estrutural da sociedade, o segundo considera situações em que o embate contra o Estado é justificável.

Na 3º coluna, faz-se possível constatar que maior parte dos autores (Platão, Maquiavel, Hobbes e Locke) destaca, cada um ao seu modo, a atuação do Estado no sentido de dirimir os conflitos. Aristóteles destaca a ação política dos cidadãos em várias escalas dentro do contexto político, e Rousseau faz apologia aos modelos democráticos participativos (a exemplo do por ele vivenciado em sua cidade natal, Genebra).

2.2 ...A perspectiva sociológica do conflito social: posição institucionalista x posição do conflito

Todos os pensadores debatidos na seção anterior do capítulo, de alguma forma, reconheciam a existência do Conflito Social. Ocorre que, em suas respectivas abordagens, o conflito é tratado como situação a ser dirimida, em prol da busca por uma sociedade em equilíbrio (tendo Aristóteles como caso excepcional). Dentro do campo sociológico, Hegel (2004) teve um papel central nos debates sobre o Conflito Social.

Sob a ótica do filósofo alemão, a conflitualidade deixou de ser um fenômeno passível de ser controlado, para se tornar a protagonista do processo histórico: atuando como a “mola” propulsora dos acontecimentos políticos, em um movimento denominado de “dialética”.

Sob as normas dialéticas, os grupos sociais estabelecidos regeriam seus interesses por meio de *teses*. Contrapondo estes, estariam aqueles que buscariam fazer válidas suas visões, lançando mão de *antíteses*. Como resultado deste conflito, teríamos uma *síntese*, que tomaria forma de acordo com a maneira pela qual a medição de forças se configurasse. A síntese, por seu turno, se sedimentaria ao longo do tempo, ao ponto de virar uma nova tese. Em um dado momento, haveria o embate posto por uma também nova antítese, e assim por diante, com um movimento que tenderia ao infinito.

Com pensadores como Hegel (Ibid.), apreender o conflito passou a ser, também, uma tarefa que se ocupa em determinar sob quais condições preliminares de observação, da estrutura de atores e relações, os fenômenos sociais deveriam ser estudados (COSTA, 1995). Ao final do século XIX, a aspiração à tal imparcialidade não concernia apenas à obra de Hegel. No mesmo período, o debate do conflito sob um viés sociológico também vinha sendo realizado pela escola de pensamento positivista.

Tomando a realidade como um objeto com elementos estruturantes, inerentes a todas as situações, o positivismo busca identificar tais permanências, com o objetivo de discernir um padrão para o progresso da história. No que tange o papel do embate, teóricos como Durkheim fundam uma perspectiva em que, de acordo com Costa:

O objetivo máximo da vida social é promover a harmonia da sociedade consigo mesma e com as demais sociedades, e que essa harmonia é conseguida por meio do consenso social, a “saúde” do organismo social se confunde com a generalidade dos acontecimentos. Quando um fato põe em risco a harmonia, o acordo, o consenso e, portanto, a adaptação e a evolução da sociedade, estamos diante de um acontecimento de caráter mórbido e de uma sociedade doente (Ibid., p. 85).

Forma-se entre o posicionamento positivista, que privilegia a análise das permanências e das instituições, e a postura teórica de Hegel, que ressalta a dinâmica conflitual, uma

oposição teórica. Dahrendorf (1981) sistematizou esta diferença e a expôs como uma separação entre uma ótica funcionalista do consenso e uma ótica do conflito. As características e demais diferenças das duas posições serão explanadas a seguir.

2.2.1 Posição institucionalista

A posição institucionalista, por meio de uma abordagem “funcionalista-sistêmica”, tem na figura de Parsons seu principal representante. Esta escola sociológica se caracteriza por estudar sistemas de organização social que perdurem ao longo do tempo, e que sirvam como chave para estudo da sociedade. Dividindo e subdividindo a ação social em sistemas e subsistemas, Parsons procurou uma estrutura supra-histórica, capaz de ser aplicada a qualquer realidade em estudo.

Em seu texto, o autor parece desejar uma retomada da ambição positivista de elaboração de um modelo explicativo geral para a sociedade, propondo-se a:

[...] usar o esquema conceitual geral do sistema social subjacente a todas as análises sociológicas, quaisquer que sejam o tamanho e a importância funcional do sistema de referência relativo a outros sistemas (PARSONS, 1969, p. 13).

O referido teórico considera toda ação como ação de indivíduos, mas pondera também que o organismo cultural inclui elementos essenciais que não podem ser pesquisados no nível individual. Assim, em pesquisas sobre a sociedade, dever-se-ia privilegiar as permanências em detrimento das mudanças, pois:

[...] por mais importantes que possam ser as variações individuais na determinação da ação concreta, são os padrões comuns de grandes grupos humanos – onde se inclui a diferenciação entre os dois sexos – que constituem o substrato orgânico maciço da ação (Ibid., p. 17).

Para o funcionalismo sistêmico, sem pré-requisitos funcionais não haveria explicação possível para a sociedade. Existiriam componentes estruturais que apareceriam em todas as realidades estudadas, sob as mesmas dimensões normativas de organização coletiva. A instituição da família seria um desses exemplos, pois funcionaria como um sistema integrativo da realidade, voltado à perpetuação da espécie, e sempre presente em qualquer circunstância.

Descrevendo limitações da teoria dos sistemas e, ao mesmo tempo, destacando suas potencialidades, Buckley (1971) procurou ampliar a visão de Parsons, tornando-a mais dinâmica e permeável aos efeitos das mudanças pelo conflito, conforme a reflexão a seguir:

Essa visão científica do mundo [teoria dos sistemas], produto de uma dialética constante entre concepções da ciência física e da ciência biológica, tem-se apartado do interesse pela substância, pelas qualidades e pelas propriedades inerentes, voltando-se para a focalização central dos princípios da organização per se, sem levar em conta o que é que está organizado (BUCKLEY, 1971, p. 62).

Tecendo esta crítica, o autor procura enfatizar que os componentes regidos por determinado sistema, além de serem por ele influenciados, têm a capacidade de exercer influência. Os estudos sob um corte sistêmico deveriam, portanto, orientar-se a investigar mais aprofundadamente, tanto os efeitos da interação dos indivíduos entre si, quanto dos indivíduos com o próprio sistema.

Ao desenvolver o conceito de Parsons, Buckley (Ibid., p. 68) definiu sistema como:

Complexo de elementos ou componentes direta ou indiretamente relacionados numa rede causal, de sorte que cada componente se relaciona pelo menos com alguns outros, de modo mais ou menos estável, dentro de determinado período de tempo.

Em Buckley, a definição de sistema passa pela capacidade do mesmo de se auto-sustentar (ou, no termo mais caro ao autor, se “realimentar”). Para definir “realimentação”, Buckley distingue os sistemas mecânicos (dotados de energia física), dos sistemas complexos (marcados pela tensão e pressão existente entre os animais e pela energia psíquica ou força motora inerente aos homens). Os corpos-sociais, enquadrados no segundo tipo de sistema, teriam a “tensão” como uma ocorrência “ocasional” ou “residual”. Os sistemas complexos seriam “adaptativos”, pois teriam um “certo nível de tensão” inerente, que se manifesta pontualmente, ora de forma construtiva, ora destrutiva (remetendo neste aspecto à teoria de Parsons).

O sistema marcado pela realimentação seria aquele capaz de mais bem assimilar as “tensões” geradas pelos componentes a ele internos, agregando a energia gerada no processo de forma entrópica. Para elucidar este processo, Buckley constrói uma analogia que compara dois tipos de máquinas: as pré-cibernéticas e as cibernéticas. Nas do primeiro tipo, o inventor teria que antecipar as contingências que o mecanismo iria enfrentar, de modo que, na execução da tarefa, o invento já estivesse preparado com características neutralizantes para as adversidades⁶. Nas cibernéticas⁷, haveria a capacidade de assimilação de novas contingências, com o “aprendizado” gerado pela nova assimilação passando a compor o repertório de soluções do mecanismo. Dentro dessa analogia, os sistemas sociais corresponderiam às máquinas do tipo cibernético.

⁶ Esta categoria de máquina corresponde ao tipo convencional, que opera por sistemas mecânicos, como um automóvel, por exemplo. Ao projetar um carro, o engenheiro mecânico tem que levar em conta todos os obstáculos e intempéries que o veículo irá enfrentar, de modo que este esteja apto a suplantá-los.

⁷ O trabalho de Buckley, publicado originalmente na década de 1960, não é contemporâneo aos aparelhos digitais existentes na contemporaneidade. Apesar dos computadores não serem acessíveis e difundidos para o grande público na época em que a visão do autor sobre a teoria dos sistemas foi lançada, a alusão às “máquinas cibernéticas” sugere a relevância desta tecnologia no pensamento da época.

Em Parsons e em Buckley, frisa-se uma característica fundamental da chamada posição institucionalista: um estudo da sociedade focado na análise das permanências, em que as alternâncias são desvios de um padrão que se procura identificar.

2.2.2 Posição do conflito

Dahrendorf (1982) debate a centralidade da obra de Marx e Weber nos estudos sociológicos de aceção conflitual. A esta discussão, faremos um complemento, inserindo a visão de Bourdieu, por seu papel relevante nos debates contemporâneos sobre a conflitualidade social.

Na visão marxista, a existência de classes precede o antagonismo que as opõem. O modo de produção (no caso, o capitalista) é determinante das classes. Estas, diante da posição ocupada no sistema produtivo, acabam entrando em embate. Tal raciocínio pode ser mais bem iluminado pela seguinte passagem:

O conjunto das relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a realidade; ao contrário, é a realidade social que determina sua consciência (MARX, 1987, pp. 82-83).

O trecho acima reflete um pressuposto recorrente na obra de Marx: a idéia de infra-estrutura e superestrutura. Para o filósofo, a realidade, assim como uma edificação, possui um alicerce que a sustenta e a condiciona: a infra-estrutura. Esta é constituída pelo modo de produção (capitalista) e pelos grupos dele resultantes (classes). Desta base, emerge a superestrutura, a parcela aparente do sistema (na analogia, o edifício). Esta é formada pelas organizações jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas dentro das quais os homens convivem.

Como visto, a teoria de Marx define os conflitos sociais como sendo, em essência, um resultado da tensão entre classes. Nessa ótica, a incompatibilidade de interesses entre dois, ou mais, agrupamentos de indivíduos levaria ao surgimento do dissenso, e a compreensão do fenômeno passaria pela determinação de quem são os atores nele envolvidos. Em Marx, relações sociais e meios de produção estão conectados de tal maneira que uma separação analítica entre ambos só é possível após a determinação teórica da unidade fundamental – no caso, as classes (MISSE, 1981).

Weber (2004) se opõe aos conceitos “coletivos”, considerando o universal apenas como um produto do pensamento e não uma formação real historicamente produzida. Para o autor, se a ação é a conduta de um indivíduo que reverbera na conduta de outro, os sentidos implicados no contexto social são conferidos pelo próprio sujeito, elemento último da realidade histórica. Há, aqui, a relação social tomada como princípio, independentemente de qualquer determinação:

Um mínimo de recíproca bilateralidade na ação é, portanto, uma característica conceitual. O conteúdo pode ser o mais diverso: conflito, inimizade, amor sexual, amizade, piedade, troca no mercado, “cumprimento”, “descumprimento”, ruptura de um pacto, “competição” econômica, erótica ou de outro tipo [...] O conceito, portanto, nada diz sobre se entre os atores existe solidariedade ou o contrário (WEBER, 2004, p. 32).

A sociologia de Weber se opõe à de Marx no concernente à lógica de infra-estrutura e superestrutura adotada pelo último. As classes sociais estariam para Marx como um elemento estruturante da subjetividade humana. Dessa forma, a consciência do homem seria definida pelo lugar por ele ocupado na sociedade. Em Weber, a classe é uma atribuição construída pelo indivíduo, que elabora o conceito a partir de sua vivência/formação.

Bourdieu (2006) tende para este entendimento, mas o leva além. Para o autor, a nomeação dos atores e dos conflitos não apenas são objetos de uma abstração, como são, também, resultados de conflitos no campo intelectual pela enunciação da qualidade do conflito e nomeação dos atores. Tal qual destacado abaixo:

A construção de uma teoria do espaço social implica uma série de rupturas com a teoria marxista. Ruptura como a tendência para privilegiar substâncias – neste caso, os grupos reais, cujo número, cujos limites, cujos membros, etc. se pretende definir – em detrimento das *relações* [grifo do autor] e com a ilusão intelectualista que leva a considerar a classe teórica, construída pelo cientista, como uma classe real, um grupo efetivamente mobilizado (BOURDIEU, 2006, p. 133).

Para Bourdieu, a estratificação da sociedade, um espaço multidimensional, em classes não dá conta de abarcar a variedade de processos e formas de agrupamento que nela se configuram. A “classe”, no sentido lógico do termo, é um conjunto de agentes que ocupam posições, condições e condicionamentos semelhantes, possuindo, com isso, a *possibilidade* de terem atitudes, interesses, práticas e tomadas de decisão igualmente semelhantes. A classe é, portanto, uma construção teórica, um produto de uma classificação explicativa (como fazem os zoólogos, ou os botânicos, por exemplo). Não é possível dizer que uma classe existe, apenas que ela é *provável*. Há, sim, um espaço de relações, o qual: “[...] é tão real como um espaço geográfico, no qual as mudanças de lugar se pagam em trabalho, em esforços e, sobretudo em tempo.” (Ibid., p.137).

Outro limite imposto pela estratificação dos agentes das dissidências em classes reside na pouca comparabilidade de contextos distintos por ela propiciada. Um indivíduo que, numa dada circunstância, é enunciado dentro de uma categoria (exemplo: um cidadão de classe média em uma cidade pequena), em outro contexto social passa a ocupar uma posição

diferente (caso o cidadão mencionado se mudasse para uma cidade maior). A classificação é, portanto, uma atribuição relativa. Bourdieu discute esta problemática nos seguintes termos:

Se é relevante que duas classes (ou duas sociedades), definidas por condições de existência e práticas profissionais idênticas ou semelhantes, podem apresentar propriedades diferentes quando, inseridas em estruturas sociais diferentes, ocupam posições estruturalmente diferentes e, inversamente, se duas classes (ou dois grupos), caracterizadas por condições de existência e práticas profissionais diferentes, podem apresentar propriedades comuns porque ocupam posições homólogas em duas estruturas diferentes, o estabelecimento de posições gerais, transculturais e transistóricas não pode resultar da simples aproximação de casos isolados do contexto histórico e social em que estão inseridos (BOURDIEU, 2007, p. 6).

A comparação só é possível entre estruturas equivalentes ou em partes estruturalmente equivalente das mesmas. Dessa maneira, embora os objetos de desacordo variem de uma situação para outra, é possível categorizar os atores não de forma axiomática, mas análoga. O conflito social deve ser entendido como uma relação na qual seus atores mudam de papel de acordo com a permuta do objeto provocador da dissidência.

Bourdieu traz um conceito fundamental à sua teoria: o de campo. De acordo com este conceito, o mundo social pode ser representado na forma de um espaço com várias dimensões – os campos. Em cada dimensão, predomina uma forma específica de poder. Os indivíduos e agrupamentos de indivíduos são definidos por suas posições relativas dentro da estrutura de poder de um dado campo.

Pode-se descrever o campo social como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes (BOURDIEU, 2006, p. 135).

O capital aparece em Bourdieu em um sentido amplo: pode existir no estado objetivado, em forma de propriedades materiais, ou como capital cultural. Em cada situação de conflito, os tipos de capital são os poderes a definir a possibilidade de supremacia de um grupo em um campo. Por exemplo: no campo acadêmico/científico, tende a prevalecer o capital cultural constituído do título juridicamente garantido. Em cada campo ou sub-campo impera uma espécie particular de capital, sendo esta, ao mesmo tempo, o poder dominante e o objeto de disputa entre os grupos.

Supondo o conflito em torno das melhorias de salário e condições de trabalho em uma fábrica, teríamos aí um embate no campo político/econômico. Nele, os atores estariam divididos em classes (operários e patrões) e preponderaria como poder o capital em distintas formas e graus de influência: o capital cultural no campo jurídico (que definirá a legalidade ou não de uma provável greve), o capital material no campo econômico (determina a pressão exercida pela eventual paralisação), etc.

Expõem-se os mesmos indivíduos, da mesma fábrica hipotética, agora em um conflito político entre seu país e outra nação. Neste caso, os liames de identidade estabelecidos no embate anterior não mais são válidos, assim como a forma determinante da supremacia de poder. Caso tal dissidência se dê por motivos ligados à divisão territorial do trabalho, poderá se sobressair o capital cultural ligado ao campo diplomático, e/ou o capital material no campo econômico (que pode proporcionar competitividade e poder de barganha).

2.2.3 Sintetizando as questões sociológicas

Diante do explanado sobre as distintas óticas sociológicas e os autores que as defendem, foi construído o quadro sinótico a seguir.

Como pode ser visto no Quadro 2 abaixo, percebe-se que a “ótica funcionalista do consenso”, representando uma tradição sociológica que gravita em torno do positivismo, ajusta os focos de suas observações sobre as permanências dos corpos sociais ao longo do tempo. Independente da estrutura atribuída aos seus respectivos modelos de sistema, os autores “sistêmicos” consultados crêem na possibilidade de ler qualquer sociedade, em qualquer tempo, por meio de estruturas de pensamento previamente formuladas.

Quadro 3 - Quadro sinótico das visões sobre o conflito social dos sociólogos consultados

Ótica – abordagem	Autores	Teoria	Implicações
Ótica funcionalista do consenso – observa a sociedade por meio de suas permanências	Parsons	A sociedade é um tipo de sistema, auto-suficiente e com uma ordem normativa padronizada.	É subtraída a chance do sujeito criativo atuar como protagonista.
	Buckley	O sistema social é auto-sustentável e assimila as tensões geradas por seus componentes internos.	Aceitam-se mudanças dentro do sistema e não do sistema.
Ótica do conflito – observa a sociedade por meio das relações que operam suas mudanças.	Marx	A sociedade é formada por classes antagônicas em que uma se apropria do trabalho da outra.	A apreensão da sociedade fica limitada a uma esfera econômica.
	Weber	Os sentidos implicados no contexto social são conferidos pelo próprio sujeito. A relação social é o princípio da análise.	Constrói um instrumental teórico não preso a um nominalismo que reifica os conceitos.
	Bourdieu	O conflito fundador está no campo simbólico: pelas formas de representação instituídas para os próprios conflitos	Estuda não apenas os conflitos em um campo material, mas como forma de representação de uma “realidade” imposta por detentores do Poder Simbólico.

Do ponto de vista dos resultados desse tipo de observação, a ótica sistêmica tende a descrever o Conflito Social como uma anomalia. Algo indesejado e a ser superado.

Já na parte do quadro que diz respeito à ótica do conflito há, em Marx, um ponto a ser frisado: a dialética de classes (influência de Hegel) não deixa de ser uma estrutura preliminar de observação. Sua diferença em relação às estruturas sistêmicas é a elevação do próprio Conflito Social como permanência histórica. Já em Weber e Bourdieu, observam-se estruturas de pensamento mais flexíveis, e permeáveis à mudança.

Os autores da ótica do conflito têm em comum o entendimento do Conflito Social como algo inerente à sociedade, diferente de um objeto anômalo que deva ser suprimido.

2.3 ...Conclusão

Tomando como base os dois quadros sinóticos – e os debates – construídos ao longo do capítulo, conclui-se que: ainda que seja possível identificar dois “pólos” de gravitação das teorias a respeito do Conflito Social, ao qual podemos denominar de pólo consensual e pólo conflitual, as formas de se abordar o tema e o grau de proximidade destes extremos varia de forma significativa de autor para autor.

3 CONFLITO SOCIAL NO ESPAÇO URBANO: PONTUANDO OS EMBATES NAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS

Ao passo que, no primeiro capítulo, buscou-se uma definição de Conflito Social e um entendimento da gênese da cidade e seus embates característicos, e o segundo capítulo deteve suas atenções sobre distintas visões sociológicas a respeito da conflitualidade; Neste Capítulo 03, primeiramente, o texto apresenta uma contextualização sobre contemporaneidade, e sobre um modelo de urbe que tem se destacado nos dias atuais: a cidade global. Em seguida, a

ênfase será dada em como o contexto contemporâneo implica no surgimento dos Conflitos Urbanos atuais. Espera-se, com o referencial explanado, dar base ao escopo do capítulo subsequente: a dicotomia conflito/consenso corrente nas teorias presentes sobre as cidades.

3.1 A contemporaneidade: dos conflitos da década de 1960 aos dias atuais

Já foi dissertado sobre a diversidade de formas pelas quais o Conflito Social se manifesta. Ao tratar das dissidências atuais, cabe a reflexão: quais embates nascem com a contemporaneidade?

3.1.1 O contexto contemporâneo

Adota-se, aqui, o conceito de contemporaneidade delineado por Hobsbawn (1996), o qual tem como marco temporal acontecimentos da década de 1960, como o movimento de contracultura, as manifestações do maio de 1968, na França, e as passeatas contra a guerra do Vietnã (conflito armado resultante da acentuação das tensões advindas da Guerra Fria).

A partir deste período, nos países democráticos, tornou-se mais evidente a coalizão de movimentos sociais, sobretudo os de trabalhadores e de estudantes, em torno de causas diversas. Já nos países que estavam sob ditaduras militares, principalmente os latino-americanos, as lutas estavam centradas em reivindicações por abertura política. Nas cidades ao redor do mundo, de ambos os casos, o espaço público ganhou destaque como palco das manifestações e de conflitualidade.

Como exemplos emblemáticos, temos: a “Marcha sobre Washington por trabalho e liberdade”, realizada no National Mall da capital norte-americana, em 1963; o “Massacre da Praça da Paz Celestial”, ocorrido em Pequim no ano de 1989; o movimento das “Mães da Praça de Maio” de Buenos Aires, que no final da década de 1970 reivindicava notícias sobre

os desaparecidos políticos na Argentina. Pelos próprios nomes atribuídos aos episódios, faz-se notar o protagonismo exercido pelo espaço urbano dentro do contexto de lutas e embates mencionados.

Paralelo a estes acontecimentos, ao longo de cinco décadas, temos, na esfera econômica, um período marcado pela crise do *fordismo* (nos anos de 1970), pelo encolhimento do *welfare state* nos países capitalistas centrais (acentuado na virada da década de 1970 para a de 1980), e por crises com as matrizes energéticas (com ênfase no petróleo, no ano de 1973) (Ibid.). No campo socioeconômico ocorre o evento fortalecido, sobretudo, ao longo das décadas de 1980 e 1990: o culturalismo.

3.1.2 O *cultural turn* e a gentrificação urbana

Já a partir da década de 1970, remontando ao panorama observado diante do declínio do Movimento Moderno – com o arrefecimento da visão de uma arquitetura e de um urbanismo universais, aplicáveis a quaisquer realidades locais (independente de fatores culturais e climáticos), – vemos o advento do chamado *cultural turn*. Surgido sob a forma de uma pretensa ruptura com a geração arquitetônica e urbanística anterior, a visão culturalista defendia a retomada dos valores locais, ligados às tradições do lugar e suas características peculiares.

Já no contexto das dinâmicas de fluxo da população urbana, vemos, nos países capitalistas centrais, uma retomada da ocupação dos centros das cidades por parte das classes mais abastadas. Diversos projetos de requalificação urbana passaram a ser realizados nessas áreas, valorizando-as do ponto de vista imobiliário, e elevando o preço dos produtos e serviços nelas comercializados. Este processo é denominado gentrificação. Silva descreve o desdobramento desse fenômeno:

A exemplo das cidades americanas e européias, nos últimos anos vem aumentando o número de cidades brasileiras que propõem intervir nos seus centros antigos para recuperar qualidades e funções que estariam sendo perdidas. No princípio eram pequenas intervenções voltadas principalmente para a revitalização do patrimônio, mas hoje as propostas são mais complexas e articulam projetos de transformações e funções, do uso e do valor do solo (SILVA, 2007, p. 7).

Diante do exposto, tal como também argumentado por Harvey (2006) e Arantes (2004), o que em princípio se colocava como uma resposta à abordagem tecnocrática do urbanismo Moderno, acabou se apresentando como um artifício de controle da cidade por meio de setores ligados ao mercado (sobretudo o imobiliário) e seus interesses. Usando o exemplo da “requalificação” da zona portuária da cidade de Baltimore (EUA), Harvey (op. cit) destaca a forma pela qual as propostas de “animação cultural” de zonas tidas como “degradadas” pelo poder público, acabaram se configurando, em verdade, como iniciativas do governo local voltadas aos interesses do setor privado. Em outro trabalho, do mesmo autor, é descrito como o paradigma de Baltimore representa a transformação da cultura em uma *commoditie*:

[...] tanto resultado das construções discursivas como dos conflitos baseados em fatos materiais. Muitas alegações se apóiam em narrativas históricas, interpretações e sentidos das memórias coletivas, significados das práticas culturais, etc.: sempre há um forte elemento social e discursivo operante na construção de tais alegações. Logo que estabelecidas, porém, tais alegações podem ser desenvolvidas com força ao ponto de origem para a extração das rendas monopolistas, já que, na mente de muitas pessoas ao menos, não existirão lugares outros além de Londres, Cairo, Barcelona, Milão, Istambul, São Francisco, ou seja onde for, para obter acesso a tudo quanto seja supostamente único a tais lugares (HARVEY, 2006, pp. 232-233).

Arantes (op cit) faz uma análise crítica do *cultural turn*, a partir de uma perspectiva crítica dos trabalhos como o de Peter Hall (1995). De acordo com a autora, os processos acima mencionados foram acompanhados da formação de um novo papel para o Arquiteto e

Urbanista: o de promotor de um ambiente profícuo para as relações de negócios nas cidades, ao torná-las espaços ideais e seguros para o investimento do capital. A cultura local, nesse contexto, atuaria como um diferencial competitivo na atração de investimentos.

Sob a premissa, de ligação insuspeita com a direita, de que o desenvolvimento econômico de setores ligados ao terciário avançado, por si só, seria capaz de trazer melhorias de vida para todas as camadas da população urbana, Hall, em seu trabalho citado, aponta para o que acabou se tornando uma tendência para a gestão de cidades na década seguinte: a abordagem estratégica da questão urbana. Como veremos em maiores detalhes no Capítulo 4, o modelo estratégico de gestão de cidades tem raízes nas teorias de administração criadas em Havard (EUA), e visam uma organização mais sistemática e eficiente dos processos decisórios da cidade, tornando-as ambientes mais propensos à realização de capital.

Encontra-se, doravante, um ponto para reflexão, que permeia o processo de gentrificação (acima descrito) e os Conflitos Urbanos: ao se promover políticas públicas que “requalificam” e, conseqüentemente, homogeneízam espaços, não se estaria, também, eliminando da cidade aquele que é o seu sentido intrínseco, ou seja, o da diversidade, multiplicidade e, sobretudo, do conflito? Esta é uma pergunta que não se responde sem outras que a complementariam, como: Por que se requalifica um espaço? E para quem se requalifica um espaço?

É certo que uma cidade precisa de espaços que promovam o convívio e a sociabilidade de seus habitantes. É natural, do mesmo modo, que estes espaços, diante de sua relevância, acabem sendo foco de maior atenção do poder público, no que se refere aos cuidados com a infraestrutura e serviços, de maneira geral. Todavia, é importante que se estabeleça um limite, capaz de impedir que investimentos do Estado em áreas que, em princípio, seriam públicas, acabem atendendo apenas ao interesse de alguns segmentos privados. Em resposta às

perguntas do parágrafo anterior, pode-se dizer que muitas das obras de “requalificação” advindas do chamado *cultural turn* estão voltadas à realização de capital (sobretudo o imobiliário) de segmentos mais abastados da sociedade – como demonstra Harvey, em seu exemplo de Baltimore.

Nesse sentido, os Conflitos Urbanos manifestos desempenham um importante papel na exposição das contradições inerentes aos investimentos em espaços públicos, destinados ao uso de alguns poucos privilegiados. Estes embates, tanto servem como “termômetro” da distribuição desigual da riqueza gerada pela cidade, como podem, mais adiante, serem catalisadores de mudanças que equalizem as injustiças.

3.2 Cidades globais: as cidades dos extremos

Como visto no Capítulo 01, a cidade se caracteriza por, desde seu nascimento, ser uma arena de conflitos. Cabe, neste ponto, a pergunta: como os conflitos espaciais – apontados como os Conflitos Urbanos por excelência – vêm se desdobrando nas urbes da contemporaneidade? Para refletir sobre esta pergunta, tomaremos como exemplo um modelo de cidade muito difundido e amplamente debatido nos dias de hoje: a cidade global.

Diante do contexto sócio-cultural exposto na seção anterior, tem-se fortalecido a teoria das cidades globais, surgidas do declínio da atividade industrial (crise do fordismo) e da expansão das atividades financeiras e do terciário avançado. Dentro da idéia de cidade global, o papel dos grandes centros urbanos estaria passando por uma mudança, na qual as urbes estariam se integrando às redes econômicas globalizadas, e, conseqüentemente, mudando sua divisão social e espacial do trabalho. Como resultado, teríamos uma nova estrutura social, que possui como característica central a polarização das classes sociais: em que pese o aumento

do número de cidadãos, tanto de baixa quanto de alta renda, e o arrefecimento da classe média urbana:

Tornou-se manifesto que a globalização e suas formas associadas de mudança econômica tendem a ampliar disparidades entre a opulência e a pobreza em termos econômicos, sociais e espaciais [...] no início da década de 90, foi relatado que a disparidade entre a riqueza e a pobreza tinha crescido em todos os países industrializados desenvolvidos, tanto em cidades grandes, quanto pequenas (SCOTT, AGNEW, SOJA, STORPER, 2001, p. 12).

Em suma, a colocação acima aponta para a emergência de uma estrutura bimodal de sociedade, no que tange tanto a área sócio-profissional, quanto à distribuição de renda. O principal motor desse processo de transformações seria a estrutura de mercado vigente, que mistura empregos de alto grau de qualificação e remuneração de um lado, e empregos de baixa qualificação e mal pagos de outro. Conseqüentemente, teríamos uma cidade espacialmente dividida: com os mais ricos vivendo em locais dotados de infra-estrutura urbana e serviços mais bem consolidados, enquanto uma classe operária desfavorecida vive em áreas mais afastadas das centralidades e “degradadas”.

O conceito de cidade global, ainda que bastante difundido, encontra correntes de estudos que dele divergem. Trabalhos como o de Ribeiro (1999) apontam esta dissonância, ao relatar que casos como o de Paris e Londres, por exemplo, não se identificam na mudança das relações de trabalho os sinais mais fortes de bipolarização das estruturas sociais. Por outro lado, estes mesmos estudos que divergem da hipótese de cidade global, também indicam um crescimento das desigualdades de renda, mudando no que se refere à origem do fenômeno, centrada, nestes casos, nas diminuições das tributações sobre as classes mais abastadas, e no encolhimento do *welfare state*, dentre outros aspectos.

Ademais, nota-se que, independente da corrente de pensamento adotada, um fato é observado no contexto das grandes cidades contemporâneas: a acentuação das desigualdades espaciais. Em centros como São Paulo, Rio de Janeiro, ou Barcelona, é possível notar a disparidade de áreas amplamente consolidadas – ocupadas pelas elites econômicas –, em contraste com outras em más condições de: mobilidade, acessibilidade, moradia, etc.

Somando-se a isto, vivemos uma era de ascensão dos chamados “grandes projetos urbanos, exemplificados na seção anterior”: empreendimentos financiados em maior parte pelo setor público, para viabilizar os lucros do capital privado. Acontecimentos como grandes festivais de música e artes, mega-eventos esportivos, e congressos de temas diversos, atuam como estimulantes que trazem consigo a valorização dos imóveis que estão próximos. Esta tese é corroborada por Silva:

Os projetos imobiliários se tornaram a peça central da economia produtiva da cidade, um fim em si, justificado pela criação de empregos, pela geração de impostos, pelo desenvolvimento do turismo e pela construção de grandes complexos culturais (SILVA, 2007, p. 10).

Este panorama acentua, ainda mais, a condição de cidade como lócus de conflitualidade. Afinal, mediante extremos de riqueza e pobreza que podem ser observados em espaços, relativamente, tão próximos, a tensão entre os atores urbanos tende a, potencialmente, ser maior. Temos na cidade contemporânea um terreno fértil para o Conflito Social, que, variando de acordo com o grau de mobilização dos cidadãos locais, podem se transformar em embates fisicamente manifestos.

3.3...Espacialização das diferenças: a manifestação dos conflitos sociais nas cidades contemporâneas

Conforme mencionado no Capítulo 01, podemos tomar como “Conflitos Urbanos”, propriamente ditos, os embates relativos à localização no território da cidade. Dado o contexto exposto na seção acima, em que as contradições nos grandes centros têm se tornado, gradativamente, mais pungentes, temos espaços urbanos que, também, expõe suas diferenças sociais em sua organização espacial.

3.3.1 As distinções institucionais e subjetivas do espaço urbano

Esta diferenciação, que tem um forte viés econômico, também toma contornos de identidade subjetiva, de acordo com a forma pela qual as diferentes classes e “tribos” urbanas se distribuem pela urbe. Gomes (2006) reflete sobre este aspecto, distinguindo as divisões institucionais (por ele denominadas *nomoespaços*), das subjetivas (chamadas de *genoespaços*).

De importante para nossa discussão, frisa-se que as formas de classificação acima trazem à tona um elemento inato das cidades: à forma pela qual os conflitos urbanos interferem na existência da urbe, de tal modo, que os próprios embates são capazes de definir a maneira como apreendemos o espaço.

Há [nos *genoespaços*], por assim dizer, núcleos territoriais marcados pelo simbolismo e pela idéia de agregação vivida em diferentes escalas que podem variar desde a de um bairro até a de um vale ou de um tipo de paisagem ou região. Em torno desses núcleos, as fronteiras são menos claras que as do *nomoespaço*, e a extensão é sempre relativa aos critérios chamados a depor no reconhecimento da identidade do grupo, extensão da língua, da religião, do gênero de vida, etc. É o espírito comum ao grupo que qualifica o espaço, sacralizando-o (Ibid., p. 63).

Assim, podemos tomar as cidades contemporâneas como *nomoespaços* marcados pela distinção institucional de: bairros (residenciais, comerciais, ou mistos), distritos, condomínios, praças, avenidas, ruas, etc. Sendo que, ao mesmo tempo, elas são, também, *genoespaços*, onde as subjetividades afloram e se sobrepõem ao institucionalismo e redividem as cidades de acordo com: as classes sociais, os interesses particulares dos cidadãos, etnias, religiões, etc.

As grandes cidades contemporâneas podem ser interpretadas como *nomoespaços* que têm, a elas sobrepostas, diversos *genoespaços*. Quando estes diferentes *genoespaços* entram em interseção, temos um ambiente rico em conflitos. Nesse contexto, os Conflitos Urbanos tomam um caráter ainda mais plural: grupos que se unem em torno de uma determinada dissidência, podem se fragmentar quando o objeto de conflito for outro.

Os Conflitos Urbanos se destacam, mais uma vez, como um elemento balizador: eles são um “norte” para se entender como estas cidades, tão marcadas pela heterogeneidade, expressam suas contradições.

3.4 Conclusão

Mediante ao explanado no presente capítulo, conclui-se que a cidade contemporânea, destacada aqui sob o exemplo da cidade global, é um espaço de diferenças acentuadas, onde grupos se unem, separam-se, e se reagrupam de forma diversificada.

Temos nos fenômenos da gentrificação e do culturalismo elementos que podem fomentar a possibilidade de conflito, haja vista que, ao atuarem sobre o espaço urbano, intensificam as discrepâncias sociais entre os habitantes das cidades.

Com base nos vários grupos em conflito destacados, temos a indicação que são igualmente múltiplas as possibilidades de embates. Nas cidades, indivíduos que lutam juntos por uma determinada causa, podem ser “oponentes” em outra disputa.

Em suma, a cidade contemporânea é um espaço onde os conflitos coexistem e se sobrepõem.

4 O PENSAMENTO CONTEMPORÂNEO ACERCA DA DICOTOMIA CONFLITO/CONSENSO NAS CIDADES

Os dois capítulos iniciais trataram a conflitualidade por vieses teóricos, dissertando sobre posturas de observação para o entendimento do conflito social. O capítulo anterior, por seu turno, buscou inserir a temática no contexto das cidades, identificando características contemporâneas dos conflitos sociais no espaço urbano. Fica, ainda, aberta a questão: como o conflito social e o binômio conflito/consenso vêm sendo tratados nos debates atuais sobre a cidade? Para buscar respostas para esta pergunta, o presente capítulo discorre sobre a abordagem do Conflito Social, por teóricos ligados ao Planejamento Urbano. Debate-se: 1) a inserção do contexto histórico no qual se desenvolveram vertentes atualmente difundidas de planejamento, e a apologia que estas fazem à construção de consensos (em continuidade ao panorama traçado no capítulo anterior); 2) a emergência e a defesa do “empreendedorismo urbano” e dos planos de vieses estratégicos, como forma de posicionamento contrário à insurgência do Conflito Social; e 3) a crítica decorrente da abordagem empresarial das urbes, e a resultante defesa do potencial criativo do Conflito Social.

4.1...O contexto do nascimento do consensualismo urbano

Como anteriormente discorrido, diante do contexto contemporâneo, com a decadência do *welfare state* e a ascensão de governos neoliberais nos países capitalistas centrais, firmaram-se os fenômenos: do culturalismo (em uma presumida resposta à tradição Modernista); dos grandes projetos urbanos; e da gentrificação de áreas tidas, anteriormente, como degradadas. Desses fatores contíguos nasce a vertente de pensamento que denominaremos aqui de consensualismo urbano.

Como principais raízes teóricas dessa linha de abordagem, identificamos duas “escolas”: uma é a advinda dos estudos iniciados em Havard (EUA) a respeito da aplicação do Planejamento Estratégico, e sua respectiva adoção no planejamento das cidades; e a outra, surgida com bases na experiência prática norte-americana da primeira, advém da difusão do “empreendedorismo urbano”, diante de exemplos como o da cidade de Barcelona, a partir da década de 1990.

4.1.1...Havard e o planejamento estratégico das cidades

A citada vitória da política neoliberal nos chamados países de “primeiro mundo”, trouxe conseqüências em escala global. Em que pese, também, a derrocada do regime comunista nos países ligados à agora extinta União Soviética, a administração das cidades, tanto nos países ricos, quanto pobres, passou a estar sujeita a uma “nova ordem global”.

Na difusão do papel das administrações urbanas dentro desta “nova ordem global”, destaca-se a ação de agências multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIRD. Desde então, estes agentes têm atuado no sentido de imputar às cidades uma postura permeável à realização de capital (FERNANDES, 2001).

Diante disso, a abordagem “empreendedora” se anuncia como uma conciliação entre os governos municipais e as associações da sociedade civil, em nome de uma “coesão”, capaz de tornar as urbes mais competitivas. De acordo com os pressupostos do BIRD, em um ambiente de crise, os conflitos internos à cidade deveriam ser dirimidos, em nome da busca por uma posição privilegiada dentro da “nova ordem global” (Ibid.).

O apelo ao empreendedorismo nasce da premissa de que dentro do mundo globalizado, com recursos e capital escassos, as cidades fatalmente competirão entre si, pelas “nuvens” de investimentos circundantes no mercado mundial (ARANTES, 2004). Com o

objetivo de conferir maior competitividade às cidades, entra em “cena” o planejamento estratégico, que, primeiramente, surgiu como uma:

[...] ferramenta para direcionar o setor privado e destinada a estimar a melhor situação para que uma dada organização pudesse funcionar da maneira mais eficiente possível, dentro de um determinado contexto mercadológico e políticos (COMPANS, 2005, p. 109).

O planejamento estratégico não surgiu, inicialmente, voltado às cidades. Em sua criação na *Havard Business School*, na década de 1960, esta metodologia estava destinada à promoção de maior eficiência em empresas privadas. Na década de 1980, houve nos EUA a consolidação da idéia de competição interurbana, em função do liberalismo econômico do governo Ronald Reagan. No período, impôs-se uma demanda para o ajuste do aparato estatal, com a adaptação ou corte de programas dependentes do governo federal (LIMA JÚNIOR, 2003). Nesse momento, as agências como o BIRD alçaram um papel ainda mais influente, conferindo às cidades parâmetros de “boa governança”:

Para o BIRD, boa governança é sinônimo de gestão eficaz dos recursos, alcançada mediante a combinação de quatro atributos: eficiência na administração do setor público; estrutura legal apropriada para o desenvolvimento; accountability (prestação de contas); e transparência. Embora com algumas variações, a idéia central de eficácia está presente em muitas das definições de governance que se sucederam desde então (COMPANS, op. cit., p.25).

O planejamento estratégico passa a ser adotado para cidades diante de uma suposta convergência entre a lógica da urbe e a de uma empresa. Parte-se do entendimento de que, tanto as cidades, quanto os empreendimentos privados: dependem dos mesmos fatores econômicos; estão diante de uma concorrência internacional; administram serviços, atividades produtivas e recursos humanos; e têm, em suas lideranças, responsabilidades que se identificam com as de gerentes (ASCHER, 1994).

Harvey (2006) aponta um seminário realizado na cidade americana de Orleans, como um dos marcos da propagação do empreendedorismo dos EUA para o mundo. O evento reuniu acadêmicos, empresários e formuladores de políticas públicas de sete países capitalistas centrais. Nele, os participantes chegaram ao seguinte consenso:

Os governos urbanos tinham de ser muito mais inovadores e empreendedores, com disposição de explorar todos os tipos de possibilidades para minorar sua calamitosa situação e, assim, assegurar um futuro melhor para suas populações (HARVEY, 2006, p. 166).

Apesar de destacar o seminário como um ponto balizador, Harvey (Ibid.) também discorre sobre a forma diversificada sob a qual o ideário acima se difundiu. Nos EUA ele já era crescente desde e o governo Nixon (e estava atrelado à própria tradição urbanística americana). Já na Grã-Bretanha, notou-se uma resistência de muitos governos locais à assimilação da lógica “empreendedora”. Para o autor:

Evidentemente, a história dos resultados da mudança para o empreendedorismo, ainda a ser devidamente registrada, está marcada por muitos fracassos como por muitos sucessos – e não há pouca controvérsia quanto ao que representa “sucesso” (Ibid., p. 168).

A despeito da considerável força de difusão de políticas dos chamados “organismos multilaterais”, ao final da década de 1980, o Planejamento Estratégico passava por um arrefecimento nos EUA. Mesmo adotando as vertentes “empresariais” de administração, as municipalidades pequenas e média sofriam crises, decorrentes de processos como a desterritorialização (que levou muita das indústrias de base para países periféricos, com mão de obra mais barata).

Ademais, a idéia de uso do Planejamento Estratégico na administração das cidades ganhou força renovada apenas a partir de sua retomada com a experiência catalã.

4.1.2 A experiência espanhola e a difusão do planejamento estratégico

Ao se debater empreendedorismo urbano e mencionar “sucesso” (mesmo de forma controversa), o caso espanhol deve ser evocado. Possivelmente, a abordagem estratégica não alcançaria a difusão contemporânea se não tivesse ocorrido sua propagação por meio da experiência nas cidades hispânicas. No momento em que o uso do planejamento estratégico já perdia força nas urbes americanas, a emergência do chamado “modelo Barcelona” deu novo “fôlego” ao uso deste método. As “raízes” de sua re-aparição estão ligadas aos processos políticos vivenciados na Espanha ao final do século XX.

Na Espanha, até a década de 1970, não se adotava o planejamento estratégico nem mesmo em empresas. Em função da ditadura franquista, o país mantinha restrições à abertura política e econômica. A maior permeabilidade ao capital estrangeiro, iniciada ao final do decênio citado, acarretou um maior aceite à importação de modelos e uma mudança do panorama social. Lima Júnior descreve estas alterações:

O processo de entrada de capitais e industrialização do final do franquismo também permitiu a emergência de novos grupos sociais, a consolidação de uma classe média, o aparecimento de um número considerável de executivos e assalariados e, sobretudo, a formação de uma burguesia industrial, surgida do desenvolvimento de indústrias de bens de consumo (LIMA JÚNIOR, 2003, p. 86).

A burguesia industrial mencionada pelo autor, ao se destacar, mudou o caráter oligárquico e ligado ao campo da elite espanhola. Diante da crise econômica, os novos agentes protagonistas do poder político acabaram tomando um posicionamento marcado pela liberalização. Então, o consenso se tornou o conceito fundador dos discursos econômicos e políticos vigentes.

A tríade empreendedorismo urbano/planejamento estratégico/neoliberalismo se sustenta, portanto, numa apreensão da cidade como uma “máquina” de produzir riqueza. Em

Barcelona – cidade espanhola capital da Catalunha – a perspectiva economicista tomou corpo ao longo da gestão do, quatro vezes consecutivas eleito, prefeito Paqual Maragall. Na capital catalã, a consolidação do chamado “*market oriented approach*” se deu na promoção dos jogos olímpicos de 1992.

Sánchez (2003) relata que no início da “era Maragall” houve um direcionamento redistributivo das políticas de investimento em infra-estrutura urbana. Como a escolha de Barcelona para sede dos jogos olímpicos de 1992, em 1986, este quadro mudou. As obras de consolidação passaram a se concentrar em áreas “economicamente estratégicas”, conforme descrito abaixo:

Se no período de transição e nos primeiros anos de 80 o governo [catalão] procurou promover uma racionalização democrática da gestão da Cidade, com o jogo de mercado controlado em prol do bem coletivo, chega um momento, o da preparação da cidade a prazo fixo para os Jogos, em que triunfa um projeto de cidade regido pelo mercado, em que o impulso de mudanças de período deixa livre as leis do mercado (SÁNCHEZ, 2003, p. 230).

A divulgação dada às obras realizadas em Barcelona pela transmissão dos Jogos Olímpicos ajudou na conversão da cidade em um “modelo”, em virtude do êxito comercial de seus empreendimentos urbanos. Este “sucesso” teve sua repercussão ampliada pela publicação do trabalho “Local y Global”, escrito por Manuell Castells e Jordi Borja, e lançado na conferência da Agência Habitat, realizada na cidade de Istambul, no ano de 1996.

Este trabalho propiciou a difusão do “modelo Barcelona” para cidades de vários países, que passaram a contratar firmas catalãs de consultoria. Tal difusão se deu com grande eficácia por países latino-americanos, inclusive o Brasil (LIMA JÚNIOR, 2003).

4.2 A ótica consensual para as cidades de hoje

4.2.1 O local, o global, e o consenso

O consensualismo se firma na idéia de que, dentro de um dado ambiente competitivo, os conflitos internos enfraquecem o ator concorrente. No caso das cidades – em que pese a competição por investimentos privados –, a presença de dissidências denunciaria uma “fraqueza” das instituições locais. Por isso, dentro da visão “empreendedora” e “estratégica”, coadunar governo e sociedade passa a ser uma tarefa determinante.

Dentro desta lógica, surge a conexão entre liberalismo e consensualismo. O modelo liberal da sociedade supõe o mercado como elemento estruturante da realidade: a troca econômica confere leis objetivas para as relações entre indivíduos. Além de emancipar a atividade econômica do pensamento sobre a moral, o liberalismo recusa a política como meio de regulação da sociedade – auto-regulada pelo mercado (ROSANVALLON, 1998). O neoliberalismo – o pensamento liberal em sua versão contemporânea – argumenta que o desenvolvimento social é igual ao desenvolvimento de mercado e almeja: crescimento, produtividade, competitividade, etc. (BOURDIEU, 1998). O consenso e a supressão dos conflitos surgem, no planejamento estratégico, como pressupostos para o atendimento de tais objetivos.

O texto de Borja e Castells (1996) se tornou uma das representações mais difundidas do “novo papel das cidades”. Em “Local y Global”, afirma-se que a humanidade contemporânea tende para a urbanização completa. Os centros urbanos seriam os responsáveis por uma reestruturação das relações sociais, em uma escala global.

Surge, desse panorama, a dicotomia expressa no título da obra. De um lado temos a expressão *global* – referente a um “espaço de fluxos”, em que: a hegemonia dos meios de comunicação propaga valores universais, a economia se integra, e os circuitos de informação

se articulam em nós de produção e gestão. Do outro lado, há a vigência do *local* – que concerne ao espaço de lugares, e que: é fragmentado em inúmeras localidades, concretiza a experiência humana e a vida social, e constrói culturas territorialmente (Ibid.).

Para Borja e Castells (Ibid.) essas duas dinâmicas se opõem de maneira diametral. O global seria o lugar da dissolução e da dominação; O local seria o da afirmação de identidades coletivas e de governo autônomo. A relação global/local se dá sob a forma de um embate entre forças hegemônicas (globais) e resistências de identidades (locais).

Tomando estas características como base, os autores defendem que a escala local deve ser dominante na relação acima descrita. O local seria a instância capaz de estabelecer mediações “criativas”, entre: as oportunidades de desenvolvimento, que estão na escala global; e as necessidades ligadas às condições de vida da comunidade, inerentes à escala local (Ibid.).

Esta postura é defendida a partir de três argumentos: 1) é no local que a produtividade é incrementada, e que as empresas produzem e trazem benefícios para suas comunidades; 2) é no local que a sociedade se integra, e reafirma suas particularidades; 3) o local confere mais legitimidade social para os diferentes interesses, e possibilita maior flexibilidade para tomada de decisões rápidas (Ibid.).

As três premissas são sustentadas pelos autores, como respostas aos eventos históricos descritos na seção anterior. Diante dos movimentos de crise do fordismo, liberalismo econômico e empreendedorismo urbano, Borja e Castells defendem que as cidades devem adotar projetos para se tornarem mais competitivas. Segundo estes, as municipalidades que desejarem obter sucesso na competição interurbana devem contar com:

[...] a construção de um núcleo urbano de gestão e serviços avançados organizados, invariavelmente, em torno de um aeroporto internacional; um sistema de telecomunicações por satélite; hotéis de luxo, com segurança adequada, serviços de assistência de secretariado em inglês; empresas financeiras e de consultoria com conhecimento da região; escritórios dos governos regionais e locais capazes de proporcionar informação e infraestrutura de apoio ao investidor internacional; um mercado de trabalho local com pessoas qualificadas em serviços avançados e infraestrutura tecnológica (Ibid., p. XX).

Em “Local y Global”, os pré-requisitos acima expostos são condições *sine qua non* para as administrações que desejarem prosperar. Dado o quadro global, não haveria alternativa, pois:

Qualquer intuito de rechaçar o inevitável, em lugar de adaptá-lo as necessidades sociais e de gerir suas contradições e conflitos, conduzirá a um distanciamento entre a realidade das cidades e a teoria urbana (Ibid., p. 54).

Ou seja, para Borja e Castells, caso a “realidade” por eles exposta não for tida em conta, haverá uma crise tanto nas urbes, quanto nas formas de pensá-las. A realidade da competição entre as cidades é inexorável, e a necessidade de tornar as urbes competitivas é premente.

Daí que a nova fronteira da gestão urbana consiste em situar cada cidade em condições de enfrentar a competição global da qual depende o bem-estar de seus cidadãos (BORJA; CASTELLS, 1997, p. 31).

Visando à competitividade, entra em questão o fator apontado por Borja e Castells como fundamental para a ascensão de uma urbe: a capacidade de construir consensos.

4.2.2 A defesa do consenso pelo empreendedorismo urbano

Utilizando o caso de Barcelona como exemplo, Global y Local argumenta sobre a necessidade de se colocar em sintonia os diversos atores da sociedade. Esta articulação se faz

necessária, dada a urgência para a tomada de atitudes e a competição entre municipalidades, impostas pela globalização. Acordos entre governo e sociedade-civil são construídos, conduzindo às parcerias público-privadas, e gerando um ambiente atrativo para os negócios (Ibid.).

Com o papel de “otimizar” os processos decisórios, surge, então, o Planejamento Estratégico. Tomando a premissa, anteriormente mencionada, de que cidades e empresas têm características análogas, a “visão estratégica” poderia permitir que a urbe tivesse ações, nela desdobradas de forma independente, convergindo para um mesmo objetivo. Em princípio, os planos estratégicos visam a conciliar a tomada de decisões descentralizada, com uma maior eficácia na construção de consensos.

Para tal, o Planejamento Estratégico propõe que o funcionamento de uma empresa não seja fundado em uma autoridade hierárquica, mas na auto-gestão. Ele busca ajustar as iniciativas dos indivíduos às da empresa. Assim, o planejamento – que nos anos de 1960 foi uma atividade caracterizada pela inflexibilidade – passa a ser mais flexível e moldável (MICKLETHWAIT; WOOLDRIGE, 1998).

Ao adotar a participação por princípio, este processo, não se dá sem que seja atribuído à empresa um “senso de missão”, um objetivo comum. Convencidos da importância das metas pré-estabelecidas, os funcionários estarão dispostos a se articular, participativamente, nas decisões que objetivam seu atendimento (Ibid.). É comum se observar nos textos que versam sobre o Planejamento Estratégico de forma geral a recorrência de termos como: rede, competitividade, perspectiva, liderança e gestão.

Tais terminologias parecem ter eco, também, no discurso de Borja e Castells. Transpondo a visão estratégica para as cidades, estes autores advogam sobre a necessidade de

se construir um “projeto comum” para o planejamento urbano. A meta em torno da qual os atores da cidade devem se articular seria a inserção competitiva no “mercado mundial de cidades”.

Sob esta ótica, o êxito financeiro dos empreendimentos instalados na urbe trazem melhorias para toda a população, sob a forma de emprego e renda. Na política de investimentos em infra-estrutura, este “consensualismo” se transpõe sob a forma de intervenções em áreas e projetos com maior potencialidade econômica. Para Borja e Castells, as seguintes ações devem ser empreendidas: construção de infra-estrutura, para abrigar o terciário avançado; modernização dos sistemas de transporte; criação de distritos empresariais, os chamados “teleportos”; produção de espaços residenciais de alto-padrão; construção de novas centralidades, por meio da construção de um terciário de luxo; e revitalização de áreas degradadas, com investimentos em espaços públicos de modo que estes se tornem símbolos da modernização.

4.3 A crítica à cidade do pensamento único: a defesa do potencial criativo do conflito

A seção anterior se ocupou de trazer os argumentos que defendem a possibilidade de construção de consensos no processo de planejamento urbano. Nos capítulos 1,2 e 3, advogou-se pela compreensão do conflito como um dado estrutural da sociedade e processo fundador da cidade. Faz-se premente a reflexão: se o espaço citadino é permeado por conflitualidade, multiplicidade de atores e interesses, como é possível planejá-lo por meio de consensos, tal como proposto por Borja e Castells em “Local y Global”?

4.3.1 A supressão do conflito no campo institucional

A questão acima é levada à pauta por Vainer (2004), quando este questiona a abrangência dos consensos formulados em planejamentos estratégicos de cidades. Para o

autor, os acordos construídos em tais processos não representam a interseção das vontades e necessidades dos cidadãos. O planejamento estratégico consistiria, em verdade, num artifício de dominação retórica, para a “legitimação” de posturas que visam à acumulação de capital, pois:

[...] este projeto de cidade implica a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e depende, em grande medida, do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania (VAINER, 2004, p. 78).

Para explicar este discurso de mercantilização da cidade, Vainer (Ibid.) aponta, por meio de três figuras de linguagem, quais são os elementos discursivos do empreendedorismo urbano, fundados com a função de suprimir os conflitos da cidade. São eles:

- Cidade-mercadoria: baseada no pressuposto de que as cidades devem ser tratadas como produtos, a serem vendidos em um mercado cada vez mais competitivo. Para torná-las atrativas aos investidores, os governos devem propagar as imagens de suas cidades como lugares prósperos. Uma imagem de “harmonia social” deve ser consolidada, de modo que os conflitos sociais existentes não sejam associados à imagética da urbe, elaborada para o exterior.
- Cidade-empresa: nesta representação, as cidades são colocadas como sujeitos – e não objetos – que “desejam”, “necessitam” e, sobretudo, “competem” entre si. As cidades-empresa abolem as instâncias de conflito, pois estas podem “emperrar” o funcionamento da “máquina” urbana.
- Cidade-pátria: esta consiste em um artifício para o encolhimento do espaço público. Esta supressão almeja à unificação da cidade em torno do seu projeto de mercantilização. Para tal, são elaborados discursos de “patriotismo do

lugar”, em que – diante da imposição de uma sensação de crise – todos os cidadãos devem aderir ao projeto empreendedor, pelo “bem” da cidade.

Para a consolidação da tríade acima, a noção de escala local, propagada por Borja e Castells, ocupa um papel central. Este papel é questionado por Vainer (1999), para quem, em “Global y Local” há uma substituição da idéia de lugar pela de local. Para Vainer (Ibid.), a noção de local, vista pelo empreendedorismo urbano, acaba esvaziando o lugar de seu sentido político, como um espaço de vivências, de trocas e de conflitos. Não é possível pensar em uma sociedade que se articule de forma local, em oposição a uma lógica global, pois as escalas não podem ser vivenciadas de forma isolada, pois elas são simultâneas (Ibid.).

Compans (2005) defende que a imposição de uma escala local está relacionada com a aspiração liberal de construir consensos, livre da intervenção de um Estado nacional regulador, conforme na passagem abaixo:

A seletividade na escolha das competências transferidas às municipalidades – relacionadas, em geral, ao ordenamento territorial e à satisfação das demandas de consumo coletivo –, ao excluir aquelas mais diretamente envolvidas nas relações entre os agentes econômicos – como a regulação salarial, a gestão da moeda e das regras da concorrência e do comércio exterior etc. –, denuncia a intenção antes de expulsar os conflitos sociais e urbanos crescentes da esfera decisória do Estado, do que de reduzir seu papel econômico ou promover a autonomia política das coletividades locais (COMPANS, 2005, p. 165).

Ou seja: descentralizando e fragmentando o poder, a construção dos chamados consensos é facilitada. Cooptar o poder municipal para a realização de manobras que beneficiem ao livre mercado aparece como a intenção real do discurso sobre a descentralização. A idéia de autonomia e necessidade de agilidade nas decisões consiste no argumento de legitimação da retórica do local.

Lima Júnior (2003) argumenta sobre como a idéia de consenso, implicada no discurso do planejamento estratégico, estrutura-se por meio de artifícios de Poder Simbólico. Para Bourdieu (2006), este poder atua de tal forma na produção de consensos, que:

[...] a produção das idéias acerca do mundo social acha-se sempre subordinada de fato à lógica da conquista do poder, que é a mobilização do maior número. Daqui, sem dúvida, o privilégio concedido, na elaboração da representação legítima, ao modo eclesial, no qual as propostas (moções, plataformas, programas, etc.) são de imediato submetidas à aprovação de um grupo e só podem ser pois impostas por profissionais capazes de manipular ao mesmo tempo idéias e grupos, de produzir grupos manipulando estas idéias de maneira a garantir-lhes a adesão de um grupo (BOURDIEU, 2006, p. 175).

No caso em estudo, os “profissionais capazes de manipular ao mesmo tempo idéias e grupos” seriam aqueles ligados à condução dos planejamentos estratégicos (sobretudo os agentes que prestam consultorias e propagam o modelo). Seriam estes os atores capazes de “elaboração das representações legítimas”. Com efeito, abole-se o conflito e se instituem os consensos.

A ênfase no discurso acerca do ambiente de crise e da necessidade de inserção competitiva das cidades não se faz sem um exercício de enunciação. Nele, está colocado que as cidades são atores – corpos sociais coesos, com demandas e objetivos únicos (LIMA JÚNIOR, 2003). Ocorre que – como explanado no capítulo anterior – a cidade não é apenas um ator, mas um conjunto indefinido de atores que se articulam e entram em conflito de formas diversas.

4.3.2...Gentrificação: o conflito espacial suprimido

Arantes (2004) argumenta que a supressão da diferença e do conflito político impetrada pelo planejamento estratégico, em um campo institucional, também se transcorre na cidade de forma espacial. Os projetos de “requalificação urbana”, imperativos à visão

empreendedora/estratégica, seriam, em verdade, planos de homogeneização social do espaço. Este processo – denominado gentrificação – trata-se de um artifício adotado pelo capital imobiliário, objetivando aperfeiçoar sua acumulação de capital (Ibid.). A gentrificação consiste em:

[...] um fenômeno ao mesmo tempo físico, econômico, social e cultural. Ela implica não apenas uma mudança social, mas também uma mudança física do estoque de moradia na escala dos bairros; enfim, uma mudança econômica sobre os mercados fundiário e imobiliário (HAMMET, 1984 apud. ZACHARIASEN, 2007, p. 23).

No momento em que o Estado inicia um processo de “requalificação” (em verdade, no momento imediatamente anterior), o setor imobiliário adquire imóveis na localidade alvo do projeto. Quando a gentrificação se efetiva, com a saída das populações mais pobres do local, os preços dos imóveis sobem, e os investidores retêm as “rendas diferenciais”. Há, assim, uma agregação de mais valia fundiária do setor privado, obtida a partir de investimentos públicos.

Embora não seja um artifício novo, o procedimento acima descrito vem tomando contornos específicos, com a difusão de políticas voltadas aos grandes projetos urbanos. Como afere Smith (2007), a gentrificação vem galgando espaços dentro dos artifícios adotados para a acumulação:

O desenvolvimento imobiliário urbano – a gentrificação em sentido amplo – tornou-se agora um motor central da expansão econômica da cidade, um setor central da economia urbana. No contexto de um mundo recentemente globalizado, a “regeneração urbana” representa uma estratégia central na competição global entre as diferentes aglomerações urbanas. Assim como na globalização, estamos em presença de uma espécie de anônima lógica econômica, e a oposição a uma tal transformação global e urbana terá um papel crucial na orientação que tomarão os novos espaços (SMITH, 2007, p. 85).

Este quadro implica na instituição de cidades que se homogeneízam. Todavia, estas urbes de iguais não é criada por meio da melhoria das condições de vida dos que nelas habitam, mas pelo banimento de qualquer forma de ocupação não congruente com a lógica rentista. A gentrificação – ou “emburguesamento” – cria localidades “herméticas”, onde as diferenças são varridas, dando lugar a uma cidade cenário.

Para Sánchez (2003), a visão empreendedora desempenha um papel central neste contexto, pois sua ascensão se trata:

[...] da disputa pela imposição de um modelo de gestão urbana que obedece a uma determinada visão de mundo, que exclui o diferente, elimina as contradições, homogeneíza e normatiza o espaço por meio de sua espetacularização (SÁNCHEZ, 2003, p. 69).

Mesmo no caso do “Modelo Barcelona”, o quadro de exclusão dos pobres do acesso à cidade pode ser constatado. Authier (2007) uso o exemplo do bairro de Ciutat Vella, localizado na capital catalã, como exemplo de gentrificação. De acordo com este autor, no caso citado:

Os efeitos da segregação e do crescimento das diferenças sociais poderiam ser evitados por uma vontade pública firme de proteger os residentes. Uma medida essencial para essa proteção seria aumentar a oferta de habitações produzidas pelo setor público na zona. Ao invés disso o poder local promove um tipo de centro urbano orientado para o consumo e especializado por zonas. [...] O forte aumento dos preços imobiliários durante os últimos anos ocorreu paralelamente à renovação urbana e produziu [...] situações de gentrificação, processo este que poderá se estender a outros bairros (AUTHIER, 2007, p. 163).

Como visto, o que há em questão ao se debater intervenções no espaço da cidade – como as propostas por Borja e Castells – é o próprio sentido de cidade. Deve-se indagar até que ponto a idéia central de que toda a população terá parte nos benefícios trazidos pela mercantilização da cidade é realista; ou até que ponto a construção de um aparente consenso

busca legitimizar um sentido de mudanças, camuflando os conflitos da cidade. Como aponta Sánchez:

É no processo, que inclui momentos e espaços de conflito, onde se constituem os sujeitos coletivos, os quais, eventualmente e a partir de uma certa consciência histórica de seu papel como sujeitos, constroem leituras próprias da cidade e do seu espaço. [...] O consenso construído em volta da cidade-mercadoria é desafiado por sujeitos sociais e movimentos que, em certas circunstâncias históricas do capitalismo periférico, podem se encarregar de mostrar o que não entra nas contas do urbanismo de resultados e seus espaços de distinção: o crescimento exponencial da cidade ilegal, a enorme expansão espacial da pobreza, as cidades dormitório das periferias metropolitanas, a exclusão (SÁNCHEZ, 2003, pp. 477-478).

A postura acima é a que entendemos ser a mais condizente com o exercício de pensar verdadeiramente a cidade e seus problemas.

4.4...Considerações: planejar a cidade e pensar seus conflitos

Ao se analisar teóricos que versam sobre o conflito social no planejamento, observa-se que a dicotomia existente entre uma ótica que trata o conflito como um dado estrutural, e a que o entende como uma anomalia, também se faz presente (assim como nos discursos ideológicos e sociológicos aqui apresentados, anteriormente). Tal relação, destacada nos capítulos antecessores, representa um dos fios condutores das abordagens analisadas. De um lado, há o “consensualismo” sob a “roupa” do empreendedorismo, que justifica a premência de consensos, diante do ambiente competitivo da “nova ordem global”, o qual exige soluções rápidas para a construção de “cidades vencedoras”. Em contrapartida, estão os que enxergam na idéia de “cidade empreendimento” um artifício retórico, que se propõe a extinguir a urbe como espaço de exercício político.

Estas visões emergem de um contexto histórico no qual o ideário neoliberal vem se fortalecendo – resultado de fenômenos como: a crise do fordismo; a ascensão de governos de

direita nos países capitalistas centrais; e a descentralização política, decorrente do contexto político marcado pela força do liberalismo econômico. O “consensualismo” parte do entendimento de que estas são realidades inexoráveis, e o êxito na condução das políticas públicas está subordinado à adequação ao panorama político/econômico pré-estabelecido. Já a crítica a essa visão entende que não há realidade que não possa ser superada pelo conflito, e que a promoção de “consensos” em uma sociedade que é notadamente injusta, representa a perpetuação, e o aprofundamento, das injustiças.

Esta oposição é ilustrada no quadro abaixo:

Quadro 3 - Quadro comparativo das visões favoráveis e contrárias ao empreendedorismo urbano.

	Pressuposto	Papel atribuído à cidade	Reflexo na acepção do conflito
Consensualismo (Empreendedorismo urbano)	As cidades são atores em competição por recursos do capital privado.	As cidades devem ser geridas buscando a máxima eficiência econômica.	Enxerga o conflito como uma anomalia, que deve ser dirimida em prol da competitividade. A formação de consensos deve prevalecer.
Postura do conflito	As cidades não são atores, mas conjuntos complexos de atores. Crítica à mercantilização da urbe	As cidades devem ser pensadas de modo a estabelecer situações de maior isonomia social.	Aceita o potencial criativo do conflito, como elemento constituinte das políticas públicas. Os consensos reproduzem as injustiças.

Nota-se que: se, por um lado, uma ligação direta com quadro das abordagens da ciência política Clássica é mais complicada de ser estabelecida; por outro, a correspondência entre o quadro deste capítulo com o da sociologia clássica é possível de ser estabelecida.

De forma análoga ao segundo quadro do Capítulo 2, o quadro apresentado opõe uma vertente de pensadores que defendem a existência de consensos que garantam uma maior coesão social, com um grupo que entende o conflito como elemento constitutivo da sociedade, e que o entendem como um possível vetor para mudanças positivas.

Como pode ser observado (sobretudo na 4^o coluna), há no discurso acerca do planejamento, uma derivação daquilo que, no segundo capítulo, foi debatido como ótica institucionalista e ótica do conflito. O empreendedorismo urbano se fixa numa apreensão sistêmica, na qual as permanências induzem o entendimento do objeto (no caso, as cidades).

Já a postura que critica o consensualismo se coloca a favor da observação do conflito como “chave” para elucidação das dinâmicas sociais. De tal modo que os atores, agrupados e reagrupados de acordo com cada objeto de disputa, têm um papel central na busca por uma cidade mais aberta ao convívio de diferentes subjetividades.

4.5...Conclusão

Diante do explanado no presente capítulo, em relação às discussões anteriormente feitas na dissertação, conclui-se que é possível estabelecer, no discurso contemporâneo acerca do Planejamento Urbano, uma correspondência entre as correntes sociológicas clássicas (com o dualismo conflito/consenso), e a respectiva oposição entre o “consensualismo urbano” e a postura crítica à mercantilização da urbe.

No próximo, e último, capítulo, faremos uma discussão sobre até que ponto essas correspondências podem ser levadas, e como estas podem trazer reflexões importantes para profissionais que atuam sobre as cidades.

5 REFLETINDO SOBRE A COMPREENSÃO DO CONFLITO NOS PROCESSOS DE ATUAÇÃO SOBRE A CIDADE

Ao longo desta dissertação, foram explanados alguns dos mais difundidos pontos de vista sobre o Conflito Social – organizados de modo a ficarem dispostos em torno de dois pólos de “gravitação”: o Conflito e o Consenso. Também, foi advogada, aqui, a necessidade de se compreender como este binômio possui um papel relevante nas dinâmicas do espaço urbano, sobretudo no que se relaciona aos processos de planejamento e gestão das cidades. Neste último capítulo, propomo-nos a refletir sobre como as questões previamente debatidas podem ser mais bem incorporadas ao exercício de se pensar a urbe. Para tal, retomamos os temas expostos, em três momentos: 1) Reflexão crítica sobre as visões pontuadas; 2) e Possíveis caminhos para se apreender o Conflito Social de forma mais ampla, ilustradas pelo pensamento de Pierre Bourdieu.

5.1 Retomando os autores visitados e suas respectivas contribuições e limitações

Ainda que tenha sido frisada a existência do desejo recorrente pelo consenso, em diferentes utopias propostas ao decorrer da história – e a inerência do conflito nas dinâmicas sociais observadas –, ao se repassar as obras apresentadas em síntese na dissertação, não devemos tomar a polarização conflito/consenso como um dado estruturante nas análises dos discursos. Esta é, tão somente, uma abstração aqui estruturada com o intuito de facilitar a construção de um discurso comparativo dos autores consultados. Dessa maneira, posta tal restrição, a simplificação conflito/consenso se torna útil para elucidar como as idéias acerca da temática dos embates sociais costumam se desenvolver.

5.1.1 Traçando um retrospecto

O primeiro ponto identificado como diferenciador das teorias estudadas é a avaliação valorativa do conflito: ora tratado como fator constitutivo das relações humanas, ora visto como uma manifestação anômala. Nos estudos aqui desenvolvidos, foi visto que a adoção de um posicionamento em relação ao tratamento dessa essência – inerente, ou má –, dos embates, acaba se refletindo no modelo proposto de organização social (nos autores clássicos e contratualistas) e no método sociológico de análise (nos autores pós-século XIX).

Essa característica é bem observada já na comparação entre as teorias de Platão e Aristóteles. Entender o conflito como a raiz da discórdia e das guerras que enfraqueciam as cidades estado helenas fez Platão pensar um modelo de cidade regida por reis filósofos, em que a sabedoria dos governantes (e a força do Estado) acabaria com os conflitos. Aristóteles não chegou a propor um modelo específico de governo, mas ao destacar a natureza conflitual da cidade, rogou o entendimento da conflitualidade em qualquer regime que se proponha a funcionar.

A relação acima, identificada nos Clássicos, desdobra-se nos autores “contratualistas”. Partindo de Maquiavel, passando por Hobbes, Locke e Rousseau, observamos que a visão do Conflito Social como algo indesejado é uma recorrência nesses autores. O contexto histórico do período, que sucedia um longo momento de fragmentação social na Europa, pós Idade-Média, pode ser visto como uma das explicações para este posicionamento. É possível ponderar que, dada a influência dos trabalhos desses filósofos na constituição dos Estados contemporâneos, sua abordagem depreciativa da conflitualidade pode ter contribuído para formas de pensamento semelhante nos dias de hoje.

Já nas correntes sociológicas que se desenvolveram a partir do século XIX, vemos a dualidade conflito/consenso influenciando nas formas de investigação da realidade seguidas por

cada escola. Temos, de um lado, a escola positivista representada por Durkheim, para a qual as permanências são as “chaves” para investigação da realidade. No outro “pólo”, encontramos uma gama de autores (onde se destacam Hegel, Marx e Weber) que entendem, cada um à sua maneira, a observação das mudanças como o caminho para se elucidar as dinâmicas sociais.

Cabe, aqui, um parêntese importante: mesmo que, para alguns, a Sociologia se proponha como uma ciência de observação isenta da realidade, a própria adoção de elementos como permanências e mudanças no método investigativo já direciona, em muitos sentidos, o resultado obtido na pesquisa. Assim, a própria escolha da constância sugere o entendimento do Conflito Social como uma anomalia; enquanto ao se assumir a transformação como o foco, dá-se ao Conflito Social o *status* de dado inerente à sociedade.

Em um exercício de abstração desse tipo, podemos estender essa observação aos autores debatidos no 4º Capítulo. Na medida em que temos um grupo deles (com Borja e Castells, como figuras mais representativas) que defendem o consenso, como uma alternativa para tornar as cidades em entidades mais “competitivas” e, conseqüentemente, mais prósperas; em oposição, temos um grupo (identificado com autores como Arantes, Sánchez e Companys) que tece crítica a tal visão, defendendo a cidade como lócus da multiplicidade e, por conseguinte, do Conflito Social, em essência.

Desse retrospecto traçado acima, ponderamos aqui a existência de uma “tradição de pensamento”, que se desdobra do início dos debates acerca do Conflito Social até os dias de hoje. Temos em Platão e Castells (em seus trabalhos mais recentes), por exemplo, (sempre destacando que tal abstração é ampla e que, sob vários aspectos, os autores possuem enormes diferenças entre si) a idéia de que o Conflito Social representa prejuízo à cidade, pois a divide quando deveria ser uma só, para ser mais forte. Já em abordagens como a de Aristóteles ou

Boudieu (mais uma vez, respeitando a imensa distinção entre ambos exemplos) é dado ao Conflito o destaque como fator que fomenta a diversidade, e ao exercício de uma existência social mais plena. Esse tipo de correspondência, embora abrangente, auxilia-nos no entendimento do papel que os Conflitos Sociais ocupam na apreensão das dinâmicas da cidade.

5.1.2 Defendendo uma ótica do Conflito para se pensar as cidades

Ao se reduzir o Conflito a um único entendimento de embate, sob a forma daquele que dilacera a estabilidade social e traz prejuízos às instituições, corre-se o risco de diminuir, também, a possibilidade de mudança por meio do “conflito criativo”, que quebra paradigmas e enfrenta as injustiças. Isso porque, como destacamos no 1º Capítulo, a conflitualidade, como fenômeno, desdobra-se de formas múltiplas, em vários graus de embate, podendo ou não ser manifesta, e pelas mais diversas causas. Entendemos, então, que ao se pensar a sociedade e, no caso específico desse estudo, as cidades, o Conflito Social deve ter um papel de destaque.

Os autores da Antiguidade Clássica e do Renascimento consultados possuem obras que estão ligadas a condicionantes históricos específicos, e por isso devem ser alvo de uma leitura cuidadosa, que leve em conta este fator. Esses condicionantes são uma chave para o entendimento da aversão ao Conflito Social apresentada pela maioria destes autores. Uma leitura que se abstenha de considerar estes contextos pode incorrer no erro de não enxergar sua real contribuição. Tais trabalhos, pioneiros em seus respectivos tempos, são importantes por seu caráter filosófico, na medida em que elaboram perguntas de caráter geral (uma das funções primordiais da filosofia) (RUSSEL, 2001).

Na presente discussão, Platão tem importância por nos indicar, em princípio, como o aspecto nocivo e fragmentador do Conflito Social pode ser visto como justificativa para a adoção de governos centralizadores, legitimados pela suposta correlação positiva entre o Bem e o Conhecimento (algo que a História desmente com frequência). Aristóteles vai mais ao cerne do Conflito Social, enfatizando que eliminar o embate é acabar, na mesma medida, com a diversidade e a vida política que fomenta a existência da cidade.

Dessa oposição, podemos questionar: até que ponto as apreensões consensuais da contemporaneidade não tentam legitimar a eliminação do Conflito Urbano e a existência de uma administração urbana centralizada, fundada numa base técnica/científica (questionável) do Planejamento Estratégico? Afinal, como coloca Arantes, essa tentativa de conciliar um “culturalismo local” e a “cientificidade” do Planejamento Estratégico seria o mesmo que calcular o espontâneo ou derivar o planejado (ARANTES, 2004).

Nos renascentistas, temos com Maquiavel e Hobbes outra questão central para a temática: como o Estado controla os conflitos manifestos para manter a estabilidade do Poder? Tais autores – grandes moralistas, diga-se – apontam para a força física e coerciva do aparelho de guerra do Estado como alternativa para manutenção do *status quo*. Estas recomendações parecem ter respaldo na realidade brasileira de hoje. Em cidades como o Rio de Janeiro – onde o Planejamento Estratégico encontrou um porto de difusão no Brasil –, temos a Polícia Militar atuando como braço armado de diferentes governos que reduzem problemas sociais a conflitos armados, entre a “população do asfalto” e as “comunidades” do morro, tornando-as antagonistas de universos distintos, quando, em princípio, são atores em Conflito Social (predominantemente urbano) dentro de uma mesma cidade.

Locke e Rousseau, por sua vez, trazem-nos um ponto que complementa os questionamentos acima: o que torna o Conflito Social legítimo? Locke sugere que diante de

um Estado que não respeita as necessidades básicas de seus cidadãos “não há juiz na terra”, de modo que, nessas circunstâncias, a dissidência é legítima. Já Rousseau, delineia a existência da propriedade privada como principal origem dos embates, e que, diante da impossibilidade desta ser eliminada, deve ser, ao menos, controlada. No panorama das cidades atuais, podemos refletir que estes apontamentos têm uma inserção nos Conflitos Urbanos. Afinal, considerando estas manifestações como aquelas travadas em torno das riquezas da cidade – e o caráter centralizador do investimento em infraestrutura urbana visto nas metrópoles brasileiras –, a legitimidade dos conflitos manifestos que reivindicam melhorias nas condições de habitação e mobilidade das populações mais pobres é, inegavelmente, fundamentada.

Já no campo sociológico, em que o presente trabalho conseguiu estabelecer uma divisão mais clara entre a ótica do conflito e a do consenso, identificamos contribuições e limitações ligadas à forma de observação do Conflito Social.

Num primeiro momento temos o sistemismo, herdeiro epistemológico da tradição positivista. Diante de um posicionamento de pesquisa como o adotado por Parsons, a questão aqui colocada é: como deixar a conflitualidade em segundo plano de análise, quando a sociedade é, assim como refletido ao longo de todo esse trabalho, um espaço de conflito? Negando a hipótese de que um indivíduo pode “criar um sistema social”, Parsons também subtrai a chance de um sujeito criativo atuar como protagonista em um processo de mudança radical do sistema. Nega-se, dessa forma, o potencial inventivo do dissenso, bem como a capacidade deste de atuar como vetor de transformação do sistema como um todo.

Contudo, não se nega, aqui, a existência de estruturas sociais que duram ao longo do tempo (como o já citado caso da família). No entanto, buscamos destacar que uma ênfase exagerada na atribuição das permanências pode limitar a compreensão das dinâmicas humanas. O funcionalismo de Parsons aponta para um fenômeno: sem estruturação, a

sociedade não se constitui, nem sobrevive. Acreditamos que a crença irrestrita neste postulado limita a concepção do Conflito Social e seu potencial transformador.

Nas circunstâncias em que o produto de investigações puramente sistêmicas é adotado como única base para a proposição de políticas públicas, corre-se o risco de se perpetuar formas de organização social injustas, em que os responsáveis pela produção do conhecimento e enunciação da “realidade” socialmente constituída, apenas replicam as condições que favorecem o grupo no poder.

Já em Buckley, é aberta uma margem para dinâmicas de Conflito dentro do sistema. Há, contudo, nas duas visões uma mesma característica institucionalizante, pois, também em Buckley, os conflitos são reguláveis, manejáveis e superáveis. Aceitam-se apenas mudanças dentro do sistema, e não do sistema. O sistema que não é mais auto-regulável não se supera, apenas se desfaz, não deixando margem para o fenômeno de transição para outra realidade.

Para Demo (1985), o sistemismo almeja substituir à dialética, pois se considera suficientemente dinâmico. Na verdade, porém, não o é, porquanto a superação histórica geralmente se dá porque há conflitos não solucionáveis. Aqui, tomamos o mesmo posicionamento crítico: as permanências existem e devem ser estudadas, mas, por si só, não são capazes de abranger todo o dinamismo e contradição das relações humanas.

Por um sentido, entendemos que em qualquer corpo social há um mínimo de convivência e de consenso, sem os quais este se desfaria. Toda sociedade, por mais simples que esteja organizada, é duradoura e funcional porque componentes mínimos de sua estrutura estão sempre presentes. Na cidade, especificamente, onde vemos a materialização dessas condições, sob a forma de edificações, vias, e espaços livres, as permanências (e mudanças) são perceptíveis aos olhos. Contudo, a acentuação excessiva de uma ótica que se atém apenas

às permanências, pode levar à concepção do conflito como fruto de um comportamento “desviado”.

Ao “camuflar” o conflito, a acentuação de uma postura institucionalista acaba contaminando os estudos sociológicos de uma ideologia conservadora, que pode atuar de forma servil às forças dominantes. O conflito precisa ser enfatizado, de modo que a desigualdade social não seja “enfeitada” de cima pra baixo, a serviço dos beneficiados pelo sistema vigente, em uma dada circunstância.

Concorda-se como Demo, em sua assertiva de que:

A ótica do conflito não pode ser uma obsessão pela guerra desvairada. Apenas acha que na convivência humana predominam componentes impositivos, sobre os consensuais. Não vê valores e normas como simplesmente dados, mas sustentados por interesses históricos dominantes. A dominação não tem somente o lado de cima, mas também o de baixo; se ela busca institucionalizar-se, de um lado, do outro pode sempre partir uma iniciativa de desestabilização. Revolução, por mais que seja menos freqüente, se comparado a reformas, é simplesmente passo normal da história, que não somente continua, mas igualmente se supera (Ibid., p. 67).

Neste ponto, é necessário destacar algumas limitações no pensamento de Marx imperativas à construção da ideia de conflito pretendida para o presente trabalho. Concorda-se com este pensador em sua noção sociológica de conflito como um componente estrutural das relações humanas. Contudo, pondera-se que, ao se colocar os meios de produção e as classes dele resultantes como únicos constituintes ontogênicos da esfera social, a apreensão da sociedade passa a ficar limitada a uma interpretação estritamente econômica, quando, em verdade, deve ser mais abrangente.

Pactua-se da proposição de Bourdieu quando este afirma:

Para romper com a ambição, que é própria das mitologias, de fundar na razão as divisões arbitrárias da ordem social, em primeiro lugar a divisão do trabalho, dando

assim uma visão lógica ou cosmológica para o problema da classificação dos homens, a sociologia deve tomar como objeto, ao invés de deixar-se tomar por ela, a luta pela representação legítima do mundo social [...] (BOURDIEU, 1994, p. 11).

Advoga-se, aqui, que na abordagem dos embates sociais é necessária a adoção de uma perspectiva aberta à diversidade de fenômenos, intervenientes na constituição do indivíduo. Ocorre que tais condicionantes caracterizam o integrante da sociedade como um ator que age não apenas em função do lugar por ele ocupado no sistema econômico de produção, mas em várias outras arenas de dissidência.

5.2 Adotando uma ótica do conflito: respostas em pierre bourdieu

Diante das reservas feitas às teorias sistêmicas e das limitações apontadas na sociologia de Marx e Weber, expostas acima, buscaremos na sociologia de Pierre Bourdieu algumas respostas para as questões, relativas ao Conflito Social, levantadas ao longo deste trabalho.

5.2.1 Bourdieu e a idéia de poder simbólico

Conforme afirma Wacquant (2002), a sociologia de Bourdieu é uma ferramenta ampla e completa por vincular os mais variados domínios da vida. Da culinária à amizade, da estética à política, Bourdieu foi hábil ao demonstrar que a capacidade de julgar não é um dom que nasce com o ser humano. Ela é, em verdade, uma habilidade que construímos ao longo da vida, e a qual nós desenvolvemos para travar embates (que muitas vezes têm sua existência negada por seus atores). Estas batalhas possuem um caráter essencialmente simbólico, e se desenrolam em vários campos da produção cultural. Segundo o próprio sociólogo:

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta

luta que diretamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, que por procuração, por meio da luta travada por especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima, quer dizer, do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxonomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social [BOURDIEU, 2006, p. 11-12].

Na passagem acima, Bourdieu expressa o cerne de sua teoria sobre o Conflito Social, na qual este se coloca como um produto não apenas de um determinado objeto de disputa, em si, mas da própria luta para se estabelecer a forma “verdadeira” (socialmente aceita) de se assimilar o fenômeno.

Para Bourdieu o espaço social é organizado por dois princípios de distinção que se sobrepõem: o capital econômico e o capital cultural. As distribuições desses capitais acabam dividindo os grupos em disputa. Primeiramente, temos a divisão entre dominantes e dominados (definida pela quantidade de capital), e aquelas entre as frações rivais da classe dominante (definidas pelos tipos de capital que cada grupo possui).

O que define vencedores e perdedores nos em cada um desses conflitos simbólicos é a acumulação de Poder Simbólico, tida por cada grupo. Este Poder atua como a:

[...] capacidade de fazer existir em estado explícito, de publicar, de tornar público, quer dizer, objectivado, visível, dizível, e até mesmo oficial, aquilo que, por não ter acedido à existência objetiva coletiva, permanecia em estado de experiência individual ou serial, mas-estar, ansiedade, expectativa, inquietação, representa um considerável poder social, o de constituir os grupos, constituindo o senso comum, o consenso explícito, de qualquer grupo [Ibid., p. 142]

Dessa maneira, a partir da tese de Bourdieu, podemos interpretar que os conflitos urbanos são, ao mesmo tempo, um produto da diferença de capital econômico entre os grupos (expressa nas qualidades díspares de se morar, transportar e trabalhar na cidade, perceptíveis

entre pobres e ricos), e de capital cultural (em que se percebem as diferentes formas de se assimilar as contradições urbanas, expressas pelos grupos que constituem a cidade).

Este acaba sendo um processo que se retroalimenta, pois os conflitos urbanos manifestos não deixam de ser resultado da percepção que determinado grupo tem sobre as contradições da cidade, e também acabam resultando, ao se manifestarem, em novas formas de leitura e representação das partes envolvidas. Este é um ciclo relacionado à outro conceito debatido por Bourdieu: o Habitus.

Para Bourdieu, o Habitus é o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de pré-disposições que perduram ao longo do tempo. Ele está relacionado com a capacidade do indivíduo de ter propensões já estruturadas para pensar e reagir de maneiras determinadas, que o guiarão através das situações de conflito que ele vivenciará (BOURDIEU, 2007).

É em torno dessas propensões que as investigações sobre os conflitos urbanos – e sobre o Conflito Social, de maneira geral – devem se ater, pois a cidade, em si, é uma riqueza, e o poder sobre as formas de representação da cidade, e seus conflitos, determina lados privilegiados e desprivilegiados.

5.2.2 O poder simbólico no discurso do “consensualismo” urbano

A partir das idéias postas acima, torna-se possível pensarmos uma relação entre o discurso do consensualismo urbano (representado, aqui, pelo conceito de Planejamento Estratégico) e o conceito de Poder Simbólico (dando continuidade ao raciocínio iniciado no capítulo anterior).

Ao vermos defendida uma idéia de cidade unida em torno de consensos, que, em princípio, trariam um bem-estar maior para todos os seus habitantes, devemos por à prova, e questionarmos, dois conceitos aí contidos: o de “consenso” e o de “todos”. Como aponta Smith (2009), a idéia de consenso implica na decisão por meio da existência de uma voz ativa dos atores envolvidos na questão – o que resulta na necessidade de um conflito de idéias prévio. Portanto, nem mesmo o consenso se alcança sem conflito.

Pode-se refletir, então, que o consenso de autores como Borja e Castells (1997), alcançado por meio de métodos de gestão empresarial aplicados à decisão de políticas públicas para a cidade, nada mais é do que um discurso, que se disfarça com um viés tecnicista, para fazer prevalecer o interesse de uma minoria, sobre as formas de apropriação da riqueza e do espaço urbano.

Este discurso tem se propagado por meio do uso de um Capital Cultural, conferido à autoridade científica, tanto dos dois autores citados, quanto das demais instituições que auxiliaram na propagação dessa linha de abordagem, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o Banco Mundial, para citar alguns dos principais.

Como relatado por Sánchez (2003), o primeiro elemento desse artifício de “enunciação” reside no postulado de que as cidades são “atores que competem entre si”. Diante do que explanamos ao longo de toda a dissertação, é possível encontrarmos, pelo menos, um ponto pacífico com relação ao entendimento de “cidade”: ela não pode ser representada como um único ator, já que é um conjunto complexo e dinâmico de inúmeros atores e fatores em interação dinâmica e conflituosa entre si. Então, entendemos que, para qualquer proposição de políticas públicas voltadas ao bem estar de todos os cidadãos, a cidade deve ser entendida em toda sua abrangência.

Outra é a idéia de que, dada a realidade do mundo globalizado, pós crise fordista e decadência do *welfare-state*, as cidades não têm alternativas a não ser competir entre si. Ocorre que, como dito, as cidades não são atores, e não possuem uma vontade própria. Portanto, a cidade não pode: desejar, concordar, esperar ou competir. Ao se instituir a existência de condições adversas como realidade imutável, os produtores de discurso defensores do Planejamento Estratégico esperam impô-lo como única saída possível.

Este caminho, apenas tende a reforçar as injustiças, ao invés de dirimi-las. Nesse ponto, reforçasse o papel propositivo do conflito como forma de se encontrar alternativas.

5.3 Conclusão

Neste capítulo foram sintetizadas as questões centrais acerca do binômio conflito/consenso debatidas no decorrer do presente trabalho. Desse esforço de síntese, conclui-se que a contribuição de cada autor pesquisado consiste, principalmente, nas questões fundamentais por eles levantadas, durante o processo de elaboração de suas respectivas teorias.

A questão que aqui construímos, a partir da reflexão sobre todas as demais, foi: como entender os conflitos urbanos da forma mais abrangente possível? Ao adotar a sociologia de Bourdieu como caminho, encontrou-se no entendimento das lutas relativas às formas de representação da realidade social uma ferramenta para obtenção da resposta.

A seguir, na Conclusão desse trabalho, serão propostos alguns possíveis caminhos a serem adotados no uso do Conflito Social como, ao mesmo tempo, uma ferramenta e um objeto de estudo.

6 Conclusão

Tomando como partida os pontos debatidos durante o trabalho, reforça-se a necessidade de uma compreensão do Conflito Social, como elemento intrínseco da cidade. Entendem-se as permanências e concordâncias como componentes que desempenham papel relevante em qualquer corpo social, inclusive nas cidades, já que é por meio destas que as urbes fincam seus alicerces, crescem e prosperam. No entanto, o consenso não pode ser adotado como única condição para a construção da vida urbana. Afinal, é através do caminho da conflitualidade que as mudanças responsáveis por dirimir as contradições entre a riqueza e a pobreza acontecem; e a diminuição de tais antagonismos entre pobres e ricos deve ser um exercício contínuo, no desenvolvimento de uma cidade onde, ao mesmo tempo, sejam respeitadas as diferenças e diminuídas as injustiças.

Posto isto, abaixo, tecemos considerações acerca das possibilidades abertas pelo estudo da conflitualidade, nos seguintes seguimentos:

1) Arquitetos e Urbanistas e demais profissionais que atuam sobre a cidade: A Arquitetura e o Urbanismo, na qualidade de atividades que se ocupam de intervir na cidade – projetando sua ocupação e influenciando em sua transformação –, têm um papel central na proposição de espaços que respeitem a diversidade dos modos de vida urbanos. Entender os conflitos que se desdobram na urbe – entre pessoas com diferentes origens, costumes e interesses partilhando um mesmo lugar – é um passo fundamental na elaboração de uma arquitetura que não seja apenas um cenário (característica muito observada na produção contemporânea), mas que desempenhe um papel agregador. Mais do que atrair turistas, fomentar negócios, ou criar uma “marca”, a Arquitetura e o Urbanismo devem estimular o encontro e o convívio de todos os cidadãos. Tal como o posicionamento da edificação em

relação ao sol e aos ventos, os índices urbanísticos, a pertinência estética, ou a viabilidade estrutural, o Conflito Social deve ser mais um condicionante de projeto para o Arquiteto e Urbanista.

2) Construção de políticas públicas;

Tendo em vista as análises feitas na dissertação, podemos tomar o Conflito Urbano como um “termômetro” das dinâmicas da cidade. Seu estudo sistemático tem o potencial de se tornar uma ferramenta consistente para a proposição de políticas públicas. Para tal, faz-se necessário entender o embate no espaço urbano como um fenômeno que ocorre em múltiplas arenas, e transpassa várias escalas.

Iniciativas que mapeiem os conflitos urbanos manifestos e identifiquem seus focos de discordância e objetos de disputa podem atuar como uma ferramenta de auxílio, nesse sentido. Em posse dessas informações, torna-se possível deixar os processos de construção de políticas urbanas mais permeáveis à participação popular, na medida em que a observação sistemática dos embates identifica as causas e representantes das dissidências – abrindo espaço para que lhes seja dada voz ativa.

3) Para pesquisas futuras:

Sugere-se estudar e compreender as diferentes formas de representação do Conflito Social no espaço urbano. Jornais, revistas, e demais tipos de mídia costumam divulgar os conflitos urbanos, mas o conteúdo de suas matérias e o contexto sob o qual os eventos são divulgados estão sujeitos à interferência de interesses específicos, daqueles que detêm os meios de comunicação. Justifica-se, assim, um estudo sobre a construção simbólica em torno da divulgação dos conflitos na mídia.

Investigações dessa natureza podem elucidar a natureza do capital simbólico empregado na enunciação dos conflitos, e, conseqüentemente, viabilizar a adoção de diferentes mídias como fonte de coleta de dados.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Roberto A. R. **Direito, poder e opressão**. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.
- ANSART, Pierre. **Ideologias, Conflitos e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura das novas gestões urbanas IN: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos & MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.
- ASCHER, F. **Projeto público e realizações privadas: o planejamento das cidades refloresce** IN: *Cadernos IPPUR*, n° 1. Rio de Janeiro, 1994.
- ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- AUTHIER, Jean-Yves. A gentrificação do bairro Saint-Gerges em Lyon: a convivência de mobilidades diferenciadas IN: ZACHARIASEN, Catherine B. (Org.). **De Volta à Cidade – Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2007.
- BARKER, Ernest. **Teoria política grega**. Brasília: Editora da UnB, 1978.
- BUCKLEY, Walter. **A sociologia e a moderna teoria dos sistemas**. São Paulo: Cultrix, 1971.
- BARTOS, Otomar J.; WEHR, Paul. **Using Conflict Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- BENÉVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BORJA, Jordi. As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão europeia e latino-americana. IN: FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e poder local**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. Local y Global. **La gestión de las ciudades em a era de La información**. Madrid: United Nations for Humans Settlements, Taurus, Pensamiento, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **Lições de aula**. São Paulo: Ática, 1994.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. A natureza da cidade e a natureza humana IN: BRANDÃO, Carlos A. L. [Org.]. **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.
- CASTELLS, Manuel. **La ciudad informacional**. Madrid, Alianza, 1995.
- COMPANS, Rose. **Empreendedorismo urbano** - Entre o discurso e a prática. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- CORREIA, Paulo V. D. **Políticas de solos no planejamento municipal**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1995.
- DAHRENDORF, Ralf. **Sociedade e Liberdade**. Brasília: Editora da UnB, 1981.
- DAHRENDORF, Ralf. **As classes e seus conflitos na sociedade industrial**. Brasília: Editora da UnB, 1982.
- DEÁK, C. O Estado e o mercado na organização espacial capitalista. IN: **Espaços e Debates**, 28 pp. 18-31, 1989.
- DEMO, Pedro. **Sociologia**: uma introdução crítica. São Paulo: Atlas, 1985.
- FERNANDES, E. Direito urbanístico e política urbana no Brasil: uma introdução IN: FERNANDES, E. . **Direito urbanístico e política urbana no Brasil**. Belo Horizonte: Belmonte, 2001.
- FERRAZ, Hermes. **Filosofia Urbana** – Tomo I. São Paulo: Scor Tecci, 1997.
- _____. **Filosofia Urbana** – Tomo II. São Paulo: Scor Tecci, 1997.
- FORN, M. de. **Barcelona**: estratégias de transformación urbana y econômica. Barcelona, 1993.
- GOHN, M. da G. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. IN: GOHN, Maria da Glória (Org). **Movimentos Sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.
- GOMES, Paulo César da Costa. **A Condição Urbana** – ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- GURR, Ted Robert. **Manual do conflito político**. Brasília: Editora da UnB, 1985.
- HALEBSKY, Sandor. **Sociedade de massa e conflito político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- HALL, Peter. **Cidades do Amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- HARNECKER, Marta. **Para entender a sociedade**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

HEGEL, Georg W.F. **A Razão na História**. São Paulo: Editora Centauro, 2004.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Ambiente e vida na cidade IN: BRANDÃO, Carlos A. L. [Org.]. **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

HOBBS, Thomas. **Leviatã** – ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Martin Claret, 2000.

HOBBS, Eric J. **A Era dos Extremos - O Breve Século XX 1914/1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA JÚNIOR, Pedro de Novaes. **Uma Estratégia Chamada Planejamento Estratégico: deslocamentos espaciais e atribuição de sentidos no planejamento urbano**. Rio de Janeiro: Tese (doutorado), IPPUR, 2003.

LIPSON, Leslie. **A civilização democrática** – vol. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Ibrasa, 1963.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe** – comentado por Napoleão Bonaparte. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MARX, Karl. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto ao partido comunista**. URSS: Edições Progresso, 1987.

MICKLETHWAIT, J.; WOOLDRIGE, A. **Os bruxos da administração: como se localizar na babel dos gurus empresariais**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

MISSE, Michel. Sobre o “conceito” de conflito social IN: Rosa, F.A. de Miranda (Org.). **Direito e conflito social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MORENO, Júlio. **O futuro das cidades**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

MORRAL, John B. **Aristóteles**. Brasília: Editora da UnB, 1985.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

OBSERVATÓRIO PERMANENTE DOS CONFLITOS URBANOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. <www.observaconflitos.ippur.ufrj.br>. Acesso em 10 de abril de 2009.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PARSONS, Talcott. **Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas**. São Paulo: Pioneira, 1969.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

POPPER, Karl. **A Sociedade Aberta e Seus Inimigos**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1998.

RAPOPPORT, Anatol. **Lutas, jogos e debates**. Brasília: Editora da UnB, 1980.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Transformações da estrutura socioespacial: segmentação e polarização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: BÓGUS, Lucia M., RIBEIRO, Luiz Cesar de Q., orgs. *Cadernos Metrópole, desigualdade e governança*. São Paulo: Educ; FAPESP, v. 1, p.13-42, 1999.

ROLNIQ, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Brasiliense, 1998.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Brasília: Editora da UnB, 1981.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social: repensando o estado providência**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

RUSSEL, Bertrand. **História do Pensamento Ocidental – A aventura das idéias dos pré-socráticos a Wittgenstein**. São Paulo: Ediouro, 2001.

RUSSEL, Bertrand. **A história do pensamento ocidental**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A Reinvenção das Cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

SCOTT, Allen J.; AGNEW, John; SOJA, Edward W.; STORPER, Michael. Global City Regions – an overview. IN: SCOTT, Allen J. (Org.). **Global City Regions: Trends, Theory, Policy**. Inglaterra: Oxford University Press, 2001.

SILVA, Helena M. B. Introdução IN: ZACHARIASEN, Catherine B. (Org.). **De Volta à Cidade – Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A B C do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUEZ, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global IN: ZACHARIASEN, Catherine B. (Org.). **De Volta à Cidade** – Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2007.

SMITH, Robert. Yale University. **Introduction to Political Philosophy**: Lecture 12. Transcrição de aula realizada em 18/10/2006. Disponível em: <www.lawlib.zju.edu.cn/open%20courses/yale/12.doc>. Acesso em: 12 fev. 2009.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracia na América**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria IN: ARANTES, Oflíia; VAINER, Carlos & MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: Desmanchando consensos. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

_____. **Visão do Movimento Social, da Universidade e do Governo Federal sobre a prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos**. Texto formulado a partir de palestra apresentada no Seminário Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos, realizado em Salvador-BA, 2007. Disponível em: <<http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/novo/analises/TextoVainer.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2009.

WACQUANT, Löiq J. **O legado sociológico de Pierre Bourdieu**: duas dimensões e uma nota pessoal. Curitiba: Revista de Sociologia Política, n° 19, 2002.

WEBER, Max. **Ensaio sobre a teoria das ciências sociais**. São Paulo: Centauro, 2004.

ZACHARIASEN, Catherine B. (Org.). **De Volta à Cidade** – Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2007.

